



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1390/05	DATA: 15/9/2005
INÍCIO: 10h02min	TÉRMINO: 12h53min	DURAÇÃO: 02h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h51min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Analista Ambiental do IBAMA em Santarém, Pará.
LEONAN AMARAL MUNIZ – Técnico Ambiental do IBAMA em Santarém, Pará.
JOSÉ NAZARENO DA SILVA – Técnico Ambiental do IBAMA em Santarém, Pará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 41ª reunião. Segundo sugestão do Plenário, a ata já foi distribuída. Então, não há necessidade da leitura da referida ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Antes de passar à Ordem do Dia, eu gostaria, como Relator desta CPI, de comunicar ao Plenário que, no dia de ontem, eu mandei a cada Deputado e Deputada membro da CPI uma síntese preliminar sobre o que poderá constar no relatório. Essa síntese, conforme eu mesmo coloquei aos Parlamentares, ela se destina a uma prévia avaliação e conseqüentes sugestões dos Srs. Deputados. Ela não tem nenhum valor, ela não significa de maneira alguma que esse será o texto do relatório. Era apenas uma referência. E eu gostaria de alertar para que ficasse constado em ata que a síntese trata, também, ela contém dados sigilosos oriundos de extratos bancários entregues espontaneamente à CPI pela Sra. Maria Joana, não podendo, portanto, por força do Regimento Interno, ser tornada pública. Isso eu também pedi que avisasse aos Srs. Deputados e Deputadas membros da Comissão, e eu estou fazendo essa referência aqui. Ontem mesmo eu já ouvi, já recebi telefonemas de membros da Comissão que fizeram objeções e sugestões a respeito desse relatório.

Eu quero dizer que ele, só para esclarecimento e para que conste na ata dos trabalhos, que esse relatório é apenas uma parte que envolve o Safra Legal, que considero a parte mais sensível, a parte que contém elementos que são passíveis de uma discussão muito ampla, porque envolve partidos políticos, indícios de ajuda para campanhas eleitorais. Portanto, eu resolvi antecipar uma discussão e distribuí essa síntese preliminar que, conforme eu já disse e reafirmo, não quer dizer que



será esse o texto que irá constar no relatório final. E esse texto também contém dados sigilosos. Embora oriundos de extratos mandados espontaneamente para a CPI, eles são considerados dados sigilosos. Portanto, eu faço um apelo aos nossos membros que receberam essa síntese para discussão que não a tornem pública, pois isso fere o nosso Regimento Interno.

Bem, feitos esses esclarecimentos, eu gostaria de passar a Presidência dos trabalhos ao Pastor Reinaldo para que ele começasse a ouvir as audiências que nós temos marcadas para hoje. Quero dizer que, por força de compromissos partidários, eu irei me ausentar. No entanto, as perguntas elaboradas por mim ficarão aqui na Comissão para que um outro Deputado possa fazê-las no meu nome.

Passo a Presidência ao Pastor Reinaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, esta Comissão reúne-se hoje em audiência pública para oitiva das seguintes testemunhas: Sr. José Geraldo Brandão, Analista Ambiental do IBAMA, em Santarém, Pará; Sr. Leonan Amaral Muniz, Técnico Ambiental do IBAMA, em Santarém, Pará; e o Sr. José Nazareno da Silva, Técnico Ambiental do IBAMA, também de Santarém, no Pará. Como se trata de um depoimento de testemunhas, devemos ouvi-las separadamente, conforme dispõe o art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido o Sr. José Geraldo Brandão a tomar assento à mesa.

Solicito aos Srs. Leonan Amaral Muniz e José Nazareno da Silva que se encaminhem à Secretaria da CPI, aguardando o momento de seus depoimentos. Solicito ao Sr. José Geraldo Brandão que preste juramento em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal. “*Art. 342: Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa*”.

Com a palavra o Sr. José Geraldo Brandão por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Srs. Deputados.



O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Senhores, eu não sei, é a primeira vez que participo de um evento destes. Eu estou aqui meio perdido, como o pessoal disse. Nesse espaço que me é dado aqui, eu gostaria de tecer alguns comentários. Primeiro, sobre a situação do IBAMA como um todo. Por exemplo, como o IBAMA do Acre, enviaram uma Carta Circular falando que eles hoje estão sem combustível, com telefones atrasados, luz. E é a mesma situação do IBAMA do Brasil de maneira geral. Posso citar o caso de Santarém, do qual eu participo no dia-a-dia. Por exemplo, hoje não temos dinheiro para combustível, telefones estão todos atrasados, pessoal de vigilância está com 2 meses de salários atrasados. Então, é um caso crítico em que o IBAMA se encontra hoje. Eu acho que, por se tratar de uma questão ambiental, principalmente na Região Norte do Brasil, que ainda há muita madeira, há muita biodiversidade, eu acho que está sendo tratado com descaso. Esse é o meu primeiro comentário que eu gostaria de tecer. A segunda questão que eu vejo é o que a CPI da Biopirataria procura, boa parte das respostas está na nossa própria legislação. Os erros advêm principalmente, no meu modo de ver, da impunidade. Hoje, e apenas duas semanas atrás, foi preso um senhor, em Altamira, por desmatar 6 mil hectares. Sendo esse mesmo senhor reincidente, porque no ano passado esse mesmo senhor desmatou 2 mil hectares. É preciso que uma pessoa desmate 8 mil hectares para ser preso, sendo que a nossa legislação prevê pena de 6 meses, 2 anos de reclusão, por diversos outros crimes, aos quais, como analista ambiental, eu provoquei mais — eu não sei o número exato —, mais de mil autos de infração, sendo que eu nunca vi punição para nenhum deles. Então, eu creio que boa parte das respostas que vocês da CPI procuram é... A resposta está na impunidade desses infratores por falta da força da nossa lei. Bom, seria o que eu queria dizer a princípio, falando rapidamente de uma maneira geral da situação que nós nos encontramos em Santarém. Por mim, esses comentários iniciais seriam basicamente estes: falta de estrutura, legislação nossa que não é cumprida, infelizmente, seja ela por qual motivo for, a impunidade dos infratores. O *site* do IBAMA, hoje, faz uma pesquisa. Qual o motivo dos grandes crimes ambientais? Uns deles colocam corrupção dentro do órgão, colocam impunidade, colocam falta de fiscalização. Eu acho que é o somar de todas essas coisas, mas, na minha opinião, a principal é a impunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Nós queremos chamar o nosso Secretário da Comissão para vermos aquele Parlamentar que vai fazer os questionamentos ao depoente que aqui está.

Nós vamos, então, proceder — conforme o Relator deixou aqui a relação — às perguntas para o Sr. José Geraldo. Nós vamos fazê-las e vamos tomar do senhor as respostas. Por gentileza. Primeira pergunta do Sr. Relator. *“Segundo informações recebidas por esta CPI, V.Sa. goza de muito bom conceito na entidade. Há quanto tempo V.Sa. trabalha no IBAMA e quais as suas principais atividades no Instituto?”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Eu tive ingresso no IBAMA no último concurso, foi em novembro de 2002. Desde então trabalho no IBAMA de Santarém. Eu entrei, fiquei 3, 4 meses — os 3, 4 primeiros meses — basicamente cuidando de projetos de reformas, construção de postos de fiscalização das entradas de Tapajós, pequenos projetos na área de engenharia civil, em que sou formado. A partir de então, fui designado para trabalhar no setor de fiscalização, onde exerci o cargo durante 9 ou 10 meses. Foi uma época de bastante conturbação, época de grande volume de apreensão de madeira, onde aconteceram as primeiras ameaças de morte. A partir daí, eu me afastei da fiscalização e fui parar no setor de controle, o qual assumi no ano de — em janeiro de 2004 — 2004, exatamente. Então, há basicamente 1 ano e meio estou no setor de controle. E, nos primeiros 6 meses, sem treinamento nenhum, sem conhecer basicamente legislação nenhuma, exerci uma função meramente burocrática: carimbar, assinar, liberar; carimbar, assinar, liberar. A partir daí, com mais experiência, com mais conhecimento, comecei, começamos, não é, porque, na verdade, cada pessoa que chegava conhecia um pouco mais que eu, me passando informações, me mostrando os problemas. E, a partir de meados do ano passado, junho, julho do ano passado, começamos a detectar volumes incríveis de ATPFs falsificadas, ATPFs adulteradas. A gente conseguiu rastrear aquelas ATPFs, foram 22 mil ATPFs roubadas de Belém. Comprovamos isso na Polícia Federal através de laudos. Eles confirmaram. A gente suspeitava, e a Polícia Federal confirmou essas informações. Depois, a seguir, a gente conseguiu descobrir um outro lote de uma falsificação muito bem feita, a qual foi enviada também à Polícia Federal. E tudo isso um pouco que paralelo com aquela Operação Curupira. E hoje a gente conseguiu detectar um volume fantástico de 6 mil ATPFs com problemas, só na gerência de Santarém. Isso gira em torno de



300 mil metros cúbicos de madeira ilegal, que depois foi legalizada, foi esquentada no IBAMA de Santarém. Daí, começou a surgir outro lote de ameaça de morte. Eu já estou doido para sair de Santarém e ir a outro lugar, porque a barra está pesada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Nós gostaríamos de sugerir... as respostas, o senhor fez uma boa explanação do que interessa à Comissão, mas algumas coisas que foram colocadas para o senhor estarão adiante. Então, se puder se deter objetivamente à pergunta...

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Segunda pergunta: “V.S^a. tem idéia de como é aprovada a lista de exportação de peixes ornamentais e acredita que todas as espécies da lista deveriam ter livre exportação?”

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Sim. Eu participei de uma câmara técnica para... não sei como é o nome... para aprovar a lista de peixes ornamentais. Isso é feito... bom, há nesse meio caminho um acordo — não sei qual seria o termo — do IBAMA com algumas associações de exportadores. Essa associação congrega um número pequeno de exportadores, como se fosse uma pequena panela ou, mais do que isso, um cartel de 5 ou 6 empresas. Essas 5 ou 6 empresas se dizem formadoras de uma associação e deveria estar investindo em pesquisa para saber as espécies, a quantidade de reprodução e qual a quantidade que poderia se retirar da natureza de cada espécie. O fato é que são só 2, 3 ou 4 pesquisadores que conseguem aprovar uma lista de 180 peixes, a qual não é rastreada para monitorar se existe realmente, ainda, quantidade a ser retirada, sem correr risco de extinção ou de diminuição ou de mudança do meio ambiente, porque, se você diminui muito uma espécie, pode estar criando um excesso de outra ou, talvez, tirando o alimento de outra espécie. E essas espécies, segundo o pessoal do IARA, que considero um órgão de pesquisa bastante sério — eles têm um escritório em Santarém —, com pessoas de nível superior, biólogos... Eles ficaram indignados, porque também participaram dessa câmara técnica e viram como é feita a aprovação dessas espécies. São indicadas pelos exportadores, por interesses puramente comerciais. Eu não vejo, e baseado nas informações do pessoal do Projeto IARA — e confio no que eles estão me dizendo —, que poucas dessas 180 espécies são pesquisadas e têm realmente condição de ser tiradas sem prejudicar a natureza. Mais do que isso, há certo e fortíssimo indício de que muitas dessas



espécies nem foram pesquisadas e que, aí, sim, há uma forte exportação de biopirataria, porque, se elas não foram pesquisadas aqui, estão sendo pesquisadas lá; pode haver princípios ativos de remédios, pode haver uma série de outros elementos que não foram pesquisados e estão sendo pesquisados lá fora. Eu acho que esse pessoal do Projeto Iara poderia dar, com muito mais informações, esse absurdo que é a quantidade de peixes, de espécies que estão aprovadas na lista do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Terceira pergunta do Relator: *“V.S^a. acredita que os engenheiros florestais de todo o Brasil estariam aptos a fazer vistoria em planos e manejos?”* Segunda parte: *“Eles saberiam identificar a espécie vegetal, se uma árvore é macho ou fêmea, que animais comem quais frutos da floresta e, conforme a época do ano, qual a distância mínima de polinização de uma árvore para outra, entre outros?”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – É interessante. O IBAMA, para aprovar qualquer plano de manejo, traz um engenheiro florestal de qualquer parte do Brasil. Eu presenciei, no final de 2003, uma missão que aprovou — não sei o número exato —, acho, perto de uma centena de planos de manejo, por engenheiros recém-formados, vindos da UNICOM, em convênio com a universidade de Lavras, de Minas Gerais. Eu sou mineiro, nunca tinha visto uma castanheira na minha vida; eu não sabia o que era maçaranduba, eu não conhecia coumaroua, muiracatiara, pequiá. Eu nem sabia quais dessas árvores produzem frutos. E eu tenho absoluta certeza de que o engenheiro do Sul, com pouca experiência, que não tenha vivido na Amazônia um bom período, ele não tem a menor condição de fazer vistoria. E mais do que isso — dentro dessa pergunta —, eu vejo a coisa de pior maneira ainda. E os engenheiros, também, que atuam na região há muito tempo conhecem muito bem a madeira que a serraria precisa... o que é madeira comercial e que a madeireira precisa. Agora, eu tenho absoluta certeza, com raríssimas exceções... e conclamo o CREA, se o CREA quiser se pronunciar, a me mostrar 5 engenheiros florestais que saibam diferenciar uma árvore macho de uma árvore fêmea. Por quê? Tem árvores que são hermafroditas. Muito bem, ela não precisa de outra para polinizar. Agora, boa parte das árvores precisa de um macho e de uma fêmea. A que mais conhecemos é o mamão, por exemplo. Se você não tiver uma árvore macho e uma fêmea dentro de determinado raio de polinização, não vai haver polinização, não vai



haver novos frutos. O primeiro ponto. O segundo ponto: todo e qualquer engenheiro florestal deveria conhecer, também, as necessidades dos animais silvestres ali, naquele plano de manejo. Todas as informações que eu colhi na região me mostram que, quando se monta um plano de manejo, a fauna silvestre diminui sensivelmente. Por quê? Porque as árvores, aquelas produtivas, que produzem os frutos que os animais comem, elas são derrubadas. A fauna, obviamente, quando lhe é cerceado o direito de se alimentar, ela vai procurar outra área. Então, eu acho curioso você ir, por exemplo, para uma fazenda, em qualquer lugar de Minas Gerais — que eu posso citar, porque eu sou de lá —, e você ir num plano de manejo na Amazônia. Você não tem animal silvestre nesse plano de manejo. É sintomático dizer que esses engenheiros não fazem uma seleção pensando na biologia, na ecologia da região. Posso garantir. Desafio algum engenheiro florestal a me passar essas informações. O que eu vejo é que um plano de manejo, para ser tanto vistoriado quanto projetado, teria que ter, no mínimo, uma equipe multidisciplinar, formada por biólogo, por engenheiro florestal e sociólogo. Isso é importantíssimo: um sociólogo também. Porque o que há de expulsão de pessoas que moravam em determinada região por anos, anos, anos a fio, chega um plano de manejo e, por ter força econômica, ele consegue... conseguia forçar aquele colono a sair, aquele ribeirinho a sair, e se apossar daquelas terras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Na questão anterior, o senhor citou o Instituto Iara...

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Instituto Iara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Isso.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – É projeto Iara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – O senhor conhece ou tem alguns pesquisadores que poderiam ser chamados aqui?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Eu não me recordo o nome. Em Santarém, são duas biólogas. Elas são ferrenhas adversárias da aprovação da lista que o IBAMA aprova, uma vez por ano, ou a cada câmara técnica. Eu não me recordo o nome, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – É possível, depois, conseguir para a Comissão?



O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Com certeza, com certeza, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – O.k.

A pergunta número 4, do Relator: *“Na opinião de V.Sa. existe algum plano de manejo realmente sustentável na Amazônia?”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Senhores, eu, quando soube da minha convocação aqui, passei a pesquisar mais profundamente este assunto, e, embasado nas informações verbais de alguns colegas, também analistas do próprio IBAMA, principalmente biólogos — é interessante que parece que há uma certa rivalidade entre engenheiro florestal e biólogo. Eu acho que não deveria haver rivalidade, acho que deveria haver parceria. Bom, mas, de qualquer forma, passei a pesquisar mais profundamente esse assunto, para não estar falando aqui palavras ao vento. Pesquisei um projeto que se chama dendrogênese. Dendrogênese. Esse projeto dendrogênese é patrocinado por diversos organismos: GTZ, pelo ProManejo — o ProManejo, inclusive, tem uma sala dentro do próprio IBAMA de Santarém. Então, mantive contato com esse pessoal do ProManejo para procurar maiores informações. E existe um trabalho publicado já, é um trabalho conclusivo. Inclusive, eu recebi essa mensagem de um dos colegas que, por acaso, é engenheiro florestal também, e esse engenheiro florestal me passa as seguintes informações: por exemplo, uma maçaranduba demora para ficar adulta 400 anos; um ipê, se não me falha a memória, 116 anos; um jatobá, 200 e... Não me lembro. Todos eles são períodos superiores a 100 anos. Resumindo: uma árvore vermelha, que é árvore nobre, vulgarmente chamada de madeira de lei, ela demora, em média, 150 anos, digamos assim, para se tornar uma árvore adulta, comercial, no ponto de abate. Os nossos planos de manejo, todos, conforme a nossa legislação... A nossa legislação é como tudo no Brasil, é mania de copiar o que se tem no exterior. O nosso plano de manejo aqui é uma cópia quase que fiel — tem mudado muito lentamente, durante os anos — de planos de manejo de florestas de araucárias no Canadá, que prevêm o ciclo de corte a cada 25 anos. Bom, imagina uma árvore branca, por exemplo um pinheiro, realmente, faz sentido, 25 anos, é bastante lógico. Se você tem um pinheiro e, em 25 anos, ele está adulto, pode ser abatido. Em 25 anos, você plantou aquele, daqui a 25 anos você está colhendo outro pinheiro com aquela idade. Seria sustentável? Seria. Bom, se as nossas árvores vermelhas demoram 116 anos, 180



anos, 400 anos, que direito tem o ser humano de abater uma árvore de 400 anos, se nem o bisneto dele vai colher uma outra árvore adulta? Quem pode me dizer que isso é sustentável? Andei questionando isso com engenheiros florestais do próprio — a hora que eu tiver acesso a essas informações mais precisas — e, apertando cada um deles, perguntei a um deles, exatamente a pergunta mais ou menos neste tom: *“Você acredita que estes planos de manejo que o IBAMA aprova são sustentáveis? Daqui a 25 anos, o que você tinha na natureza você vai ter?”* Nenhum deles teve a coragem de dizer que é sustentável. Então, essa pergunta se responde por si só. Se uma árvore demora 116, 400 anos para se tornar adulta... Um me deu uma resposta que quase me convence. Ele falou o seguinte: *“Existe o DAP”*. O DAP, na linguagem de engenheiro florestal, é Diâmetro da Altura do Peito. Então, até há bem pouco tempo atrás, o DAP, quer dizer, o Diâmetro da Altura do Peito para abate da árvore seria 45 centímetros. Ridículo. Eu vi ipê com mais de 1 metro de diâmetro, de DAP. Você imagina que a legislação nossa permitia o abate do ipê de 45 centímetros? O que é isso? Ganância comercial. Bom, aí ele me disse que agora... Então, seguindo o raciocínio desse engenheiro florestal, ele me disse o seguinte: *“Então, o que você deixou abaixo de 45 centímetros, daqui a 25 anos ele seria adulto”*. Tudo bem, mas não teria aquela massa de matéria verde que ele teria, obviamente, daqui a 100 anos. Então, voltando ao raciocínio de que aquelas árvores com menos de 45, teoricamente, daqui a 25 anos, elas estariam num diâmetro comercial... A própria resposta dele... Ele fala assim: *“É, mas nunca estaria como aquela árvore que foi tirada no primeiro abate, com 1 metro de diâmetro”*. Porque o ipê cresce — eu andei pesquisando o assunto, deixe-me tentar lembrar aqui — 4 milímetros de DAP por ano. Então, para ele chegar a ter esse 1 metro, se ele tinha 40, para chegar a 1 metro, seriam 600 milímetros vezes 3 ou 4 milímetros por ano, daria cento e... Bom, não me lembro a conta. Sei que na minha conta é 80 anos. Cento e cinquenta anos. Tudo isso prova que o plano de manejo, da maneira que é conduzido hoje, não é sustentável. Não é sustentável. Façam uma pesquisa dentro do próprio IBAMA com engenheiros florestais, biólogos e sociólogos. Por que também sociólogos? De novo, não só pela questão, vamos dizer, dos moradores tradicionais da região, porque quando você faz um plano de manejo, em momento algum você permite que a população tradicional — pode até ser que você permita se você fizer um acordo com aquela comunidade —, mas eu acho que deveria estar



incluso, numa das cláusulas do plano de manejo, que a população tradicional tivesse acesso àquelas árvores também para tirar castanha — a castanheira não pode ser batida —, para tirar óleo de copaíba, para tirar outras coisas. Então, também sociólogos. Então, resumindo, plano de manejo não é sustentável na legislação atual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – A quinta pergunta: “V.Sa. já teve notícia de alguma punição aplicada a engenheiros florestais por darem falsas declarações ou por fazerem um projeto que tenha sido suspenso por irregularidades pelo IBAMA?”

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Não. Não há. Não tenho notícia, e acredito, dentro daquela primeira explanação, eu vejo que o que vocês procuram, aqui na Biopirataria, boa parte da resposta está justamente na impunidade. Diversos planos de manejos foram suspensos. Em diversos planos de manejo foi provada a irregularidade, e nenhum engenheiro florestal nunca foi punido. A gente, no IBAMA, quando aprova um plano de manejo, existe o RT, como todo projeto de engenharia civil, a responsabilidade técnica. Essa responsabilidade técnica é tácita: o engenheiro civil assinou, ele tem que ser responsabilizado por aquilo. Muito bom. O IBAMA faz a vistoria, confirma que aquelas informações do projeto são exeqüíveis, elas estão corretas e, a seguir, libera o plano de manejo. Pergunto: E aí? Depois, quem vai explorar? Se o volume de uma determinada espécie é mil metros cúbicos e se aquele indivíduo, o madeireiro que está retirando a madeira, tirar 1.200 metros, 1.500 metros, para quem vai essa punição? Para o madeireiro ou para o engenheiro florestal também? Estou falando aí... Isso aí já é um pouco polêmico, mas digamos que o engenheiro florestal, que passou a informação de que deveria ter tal volume de tal espécie — e já houve caso de se provar que não tinha —, qual foi a punição desse engenheiro florestal? Nenhuma, que eu saiba. Gostaria também que, se possível, se contatasse o CREA, para ver se algum caso desse já foi punido. Houve caso de encaminhamentos disso aí para o CREA? Sim. Vou dizer de Santarém, que eu sei: Dr. Paulo Maia, nosso ex-gerente, encaminhou alguns casos para o CREA e nem resposta houve. Então, não há, que eu saiba, nenhuma punição, ou seja, continuamos na impunidade também no CREA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – A sexta pergunta: “*Para V.Sa. qual a definição de aproveitamento da matéria prima?*” E segunda parte da pergunta: “*Isso não dá margem a fraudes?* “

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Senhores, esse é outro termo muito polêmico. No IBAMA, a gente tem um departamento que é o LPF, Laboratório de Produtos Florestais. Ele seria o nosso *top of line*, vamos dizer assim, de pessoas técnicas na área florestal. E algumas demandas... Eu acho, também, que eles devem passar por dificuldades de pessoal, de recursos, de pesquisa, e a gente cria algumas demandas em cada região, cada Estado tem suas particularidades, e algumas delas... A coisa vai sendo resolvida na cabeça de cada gerente. A Dra. Selma Melgaço, que passou pela gerência de Santarém, se não me falha a memória, de 2000 a 2001, por aí, assinou um documento informando que aproveitamento seria qualquer madeira com espessura inferior a 5 centímetros e de qualquer tamanho e qualquer bitola. Quer dizer, fantástico! Uma prancha de madeira, como esta mesa aqui, que tem mais ou menos 4 centímetros de espessura, por 60 centímetros de largura, por 5 metros de comprimento, seria aproveitamento. E por que isso daria margem à fraude? É o seguinte: o SISMAD, que é um capítulo à parte — acho que todo mundo que esteve aqui já deve ter feito comentário sobre o SISMAD, um sistema ultrapassado —, tem o seguinte crédito para abater e somar madeira serrada e aproveitamento: são 2 saldos distintos — aliás, 3: você tem o saldo de tora, que é madeira que entra *in natura*; depois, você beneficia, vira madeira serrada, ao qual o SISMAD funde esses 2 saldos com fator de correção 1.8, também superpolêmico. A cada entrada de tora, a empresa tem direito a vender 15% do volume dessa tora como aproveitamento. Isso é uma espécie de um incentivo para o cara aproveitar mais a madeira. Entrou 1.000 metros, ele poderia vender 550 metros de madeira serrada. É um fator muito bom para o madeireiro, é um fator fantasticamente bom para o madeireiro. Tanto é que ele nunca foi questionado. Se fosse ruim, já teriam entrado com recurso, já teriam derrubado esse fator. É outra coisa polêmica também. Esse fator de 1.8, digamos que seja real, que seja adequado. Então, 1.000 metros, saiu 555 metros cúbicos de madeira. Para incentivar o madeireiro, o IBAMA prevê o seguinte: se o cara for lá, daquilo que ele cortou, uma parte estava rachada, outra parte é a castaneira, que é aquela parte curva da árvore que você retira, e se o cara conseguir aproveitar



alguma dali, desse resto de madeira, vamos dizer assim, ele poderia vender 15%, sem abater do saldo dele. Quer dizer, o IBAMA está dando um crédito para ele de 15%, para ele aproveitar aquele resto de madeira. A partir do instante em que a gente tem uma legislação caótica a respeito de aproveitamento, cada madeireira ganha, hoje, 15% de crédito para vender o que ela quiser. Estou baseado nesse exemplo, aqui, de um pranchão de madeira de 5 centímetros, por 60 centímetros de largura, por 5 metros, que seria aproveitamento. É um absurdo isso. Então, cada madeireira da Amazônia, talvez do Brasil todo, não sei como funciona, ganha 15% de crédito extra. É um bônus. É como se estivesse jogando numa maquininha de bilhar e ganhar um bônus. *“Opa, toma 15% para você.”* É muito polêmico esse aproveitamento. Eu acho que deveria ser feito... Já fiz alguns documentos para o LPF, pedindo uma definição sobre isso, uma legislação mais adequada. Existe uma legislação um pouco melhor no Mato Grosso, que define o aproveitamento como madeira abaixo de 5 centímetros, também; não fala de largura, que é um absurdo, e comprimento até 1 metro e 90. Pelo menos, a legislação do Mato Grosso define o comprimento, que é 1 metro e 90. Menos mal. Mas também acho isso aí muito flexível, muito volátil para servir como regra, porque até é uma legislação do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – *“Existem árvores ameaçadas de extinção na Amazônia? Em caso afirmativo, aponte indícios que comprovem essa tese, por favor.”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Sem dúvida. Como eu trabalho no setor de controle, temos acesso a diversas informações, como as prestações de conta de madeireiras. Nessas prestações de conta são apresentadas também as notas fiscais que vão acompanhar cada um desses movimentos. Falsos ou verdadeiros, fraudulentos ou não, recebemos na medida do possível, com o meu excesso, meu batalhão, que são eu e mais 2 pessoas para controlar 400 madeireiras, 200 planos de manejo, 3 pessoas, o resto do Pará inteiro, um Estado e meio de Minas Gerais. Fazemos o que podemos. Então, dentro desses documentos, alguns têm me chamado bastante atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Com a palavra o Deputado Hamilton Casara.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Peço que repita. São 400 madeiras?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Hoje, ativas, estão em 216.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Não, um número redondo: 400 madeiras, 200 planos de manejos...

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Que estão ativos hoje só 14.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Mas o senhor falou em 200.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Duzentos planos de manejo que já foram...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Recursos humanos, quantos?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Três pessoas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Muitas das vezes estou ali conferindo algum documento e alguns deles têm me chamado bastante atenção. São os casos de preço de madeira. O jacarandá, para exportação, são 5 mil dólares o metro cúbico. Os tamanhos das árvores, as bitolas das árvores... Quando cheguei a Santarém, há 3 anos, cheguei a ver jacarandá de 50 centímetros de diâmetro. Hoje você vê jacarandá de 20 centímetros de diâmetro. É ridículo. Acho que essa árvore ainda não está reproduzindo e já está sendo abatida. Além do jacarandá, temos a sucupira, algumas com valores... Basta rastreamos preço de mercado de exportação. Ipê já está na faixa de 1.200 dólares o metro cúbico. Então, essas árvores, com certeza, se não estão extintas, acho que pelo diâmetro do jacarandá, que estou vendo, acho que nem reproduz mais. Então, teria que se fazer uma pesquisa, sim, para a gente não ter mais extinção de algumas espécies como já tivemos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – A oitava pergunta do Relator. *“V.Sa. acredita que espécies, tais como a copaíba, o amapá, a andiroba, deveriam ser consideradas imunes de corte? Por quê?”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - A seringueira é imune de corte. Todo mundo sabe que ela produz algo que interessa ao extrativismo. Já foi até a principal fonte de renda da Amazônia por muito tempo. Vejo que a andiroba já tem um valor significativo. É interessante, citando um exemplo que participei, que vivenciei. O preço do quilo do látex, da borracha em Santarém, há 3 anos, era oitenta centavos.



Eu fui convidado para uma inauguração de uma fábrica patrocinada pelo CNS, em conjunto com a cooperação, com o Projeto Puxirum, que é patrocinado pelo consulado da Finlândia. Eles inauguraram uma fábrica de beneficiamento do látex para tirar as impurezas. O preço do látex era 80 centavos nesse dia. Fui correr atrás da Internet e percebi que o látex no resto do mundo era 3 dólares. Por que aqui era 80 centavos? Incuti na cabeça dos caras lá que havia alguma coisa errada. Uma semana depois, o látex estava sendo pago a 1,20 por essa cooperativa. Hoje o andiroba, para o pequeno produtor, está na faixa de 20 reais o litro. Olha o valor econômico que isso pode ter. Não sei o volume de produção de andiroba. Do látex, eu sei. É interessante. Quando você diz que o CNS, dentro da RESEX, patrocina o seringueiro, e o seringueiro vai ter qualidade de vida, acho muito interessante. Era 80 centavos e logo depois passou a 1,20. Perguntei naquele dia: *“Que legal, que bom! Vai passar para 1,20? Que bom, não é? E qual é a produção mensal de látex para o seringueiro?”* A resposta foi estarrecedora. Pensei em algo como mil litros por mês. Uma renda de 1.200 para o seringueiro, que geralmente trabalha com a família. Aí o cara me respondeu assim — lá eles falam em quilos —: *“Mil quilos de látex”*. Disse: *“Ah, que bacana, mil quilos vezes 1 real e 20 centavos são 1.200 dólares por mês”* Ele falou: *“Não, isso é por ano, a seringa produz 4, 5 meses por ano só. E o camarada que trabalha muito, que tem uma produtividade muito boa, ele consegue tirar 300, 400 quilos por mês, vezes 4 meses, 1.200 quilos”*. É brincadeira! Vou dizer uma coisa que já disse, já me crucificaram dentro do IBAMA. Não adianta nada criar RESEX se não der apoio — apoio mesmo — a projetos, incentivos, pesquisas, assistência técnica. Criar uma RESEX e largar ao deus-dará vai incentivar nada mais nada menos do que a extração ilegal de madeira, como acontece dentro da RESEX de Santarém, Arapiuns. Resumindo, voltando à pergunta, essas árvores — copaíba, andiroba, amapá — que produzem óleos, e que cada vez mais terão valores maiores, teriam de ser... Na minha cabeça, não se pode cortar uma árvore dessas. Voltando a uma pergunta atrás, a qual eu disse por que deveria haver um sociólogo no meio do plano de manejo, é justamente para isso. Ele vai ter acesso. Tenho tantas andirobas, tantas copaíbas. Vamos fazer um acordo. O sociólogo iria trazer a comunidade lá perto e falar: *“Vocês têm o direito de retirar o óleo dessa e dessa árvore, mas nada de abater essas árvores”*. É igual a galinha. A galinha bota ovos de ouro. Se matarmos a galinha, ela vai colocar o último ovo e



acabou, e o óleo é a mesma coisa. Com essas árvores é a mesma coisa. Tirou a árvore, vai tirar o óleo de onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – Da 9ª pergunta em diante são do Presidente da Comissão. *“V.Sa. poderia esclarecer aos presentes o que se entende por reposição florestal e poderia também esclarecer se as empresas que vendem reposição florestal funcionam sem problemas na região amazônica?”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Reposição florestal é uma coisa interessante. Quando você vai desmatar, qualquer desmatamento que você faça obviamente vai gerar um volume de madeira e nada mais justo, já que se está autorizando a desmatar, que você utilize essa madeira. Tudo bem, correto. A nossa legislação prevê que se você está fazendo o desmatamento, você tem de teoricamente repor — por isso se chama reposição florestal — aquele volume que você retirou da natureza. É uma conta bastante simples, porque eu acho que se ela fosse realmente bem feita seria razoável. Para cada metro cúbico de madeira que você tira... Cada madeireira que comprou 8 metros cúbicos, com o desmatamento, ela teria de plantar 8 árvores. Plantar e cuidar. Plantar é muito fácil. Você planta, você faz uma muda. Se você fizer em alta escala, você consegue fazer uma muda por 50 centavos, 60 centavos. Se você plantar em alta escala, também. Agora, cuide desse projeto, cuide para não ter formiga. Na eventualidade da falta de água, que você tenha como irrigar, que você tenha como colocar um sombrite, etc. Resumindo: a reposição florestal é quase que empírica. Graças ao bom Deus que pelo menos acordaram a tempo e estão agora só dando crédito à reposição florestal depois que o projeto é considerado subsistente — não sei o termo técnico, não sou engenheiro florestal, me desculpem, posso estar falando termos aqui... Mas desde que as árvores não sejam consideradas passíveis de morrer por causa de condições naturais. Isso é recente. A autorização mudou, está mudando inclusive. Há um projeto de lei — sou péssimo nesse tipo de ... é projeto de lei, se é instrução normativa, o que seja. Parece que é uma instrução normativa que agora vai mudar isso, para que as reposições florestais só sejam consideradas como crédito após a evidência de que aquele reflorestamento vai subsistir. Acontece o seguinte: enquanto o IBAMA aceita um projeto como esse ... Por exemplo, um proprietário de uma terra faz um projeto para plantar 5 mil árvores. Então, dividido por 8, ele teria em torno de 600 metros cúbicos de crédito. Ele apresentava o projeto, o IBAMA



aceitava aquele projeto como reposição. Não, não pode ser assim. Enquanto aquelas árvores não cresceram o suficiente para não morrerem mais, não poderia dar o crédito. Então, o IBAMA deu muito crédito para projetos hoje que nem existem mais. Então, a gente está numa briga danada hoje para ver quem é que está errado na história. Se foi o IBAMA, que aprovou aquele projeto e deu aquele crédito e concordou com aquele crédito para as madeireiras... E essas madeireiras compraram um desmatamento em cima de um projeto que não existe mais, de um projeto em que não tem mais árvores, em que as árvores todas estão mortas, o pepino fica nas mãos do bobo que trabalha no controle, que fica correndo atrás de madeireira, falando assim: *“Você comprou um projeto da AFANIS. A AFANIS quebrou, não plantou. Agora, quero que você pague de novo a reposição florestal para o IBAMA.”* Notifico a empresa para pagar, de novo, a reposição que ela já pagou. E a empresa me responde o seguinte. Entra com um recurso, falando: *“Olha, eu já paguei essa reposição para a AFANIS”*. Perdoem-me, eu estou falando da AFANIS. É uma empresa muito familiar para mim, porque é uma empresa, de Altamira, que deu muito problema para mim. Ela fez um projeto de reflorestamento, mas ela não fez a parte dela. Ela reflorestou parte. A parte que reflorestou não prestou e a outra parte que estava no projeto ela nem fez. O IBAMA aprovou aquele projeto. Deu crédito para essa AFANIS. A AFANIS revendeu esse crédito para as madeireiras. E essas madeireiras, na hora em que estorno esses créditos lá no setor de controle, elas estão em débito em relação à reposição florestal. E as madeireiras, com alguma razão, falam assim: *“Mas o IBAMA aprovou o projeto da AFANIS. Eu comprei da AFANIS em concordância com o IBAMA”*. Esse pepino, esse débito ambiental, vai, obviamente, cair nas mãos de alguém. E vai ser nas mãos da madeireira que fez a compra de um projeto que não foi para frente. Então, como essa instrução normativa está engavetada, não saiu, qualquer pessoa que apresentar um projeto no IBAMA vai ter direito a essa reposição florestal. Que se acelere esse processo e que se faça isso virar lei, virar instrução normativa, que se faça isso andar para frente, para evitar que novas “AFANIS da vida” venham aqui, criem um projeto, não cumpram, saiam do mercado e o débito ambiental vai continuar para o setor de controle ficar cobrando e fazendo papel de trouxa, porque eles entram com recurso. Isso vai demorar anos e anos, se é que vai sair da Justiça um dia. E o passivo ambiental ficou sem ninguém cobrir. Então, para as



fomentadoras de projetos de reposição florestal tem que haver uma legislação mais séria, mais pesada, que seja cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – A pergunta de número 10: *“O que V.Sa. pensa do SISMAD e do sistema de ATPFs e se poderia explicar o funcionamento. É verdade que elas foram criadas por madeireiras para que pudessem ser facilmente fraudadas?”*

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – *(Risos.)* O SISMAD foi criado por madeireiros. São as informações que tenho. Obviamente, tiveram parceria do IBAMA. A informação que tenho é assim. O pessoal que trabalha no controle — eu tenho pouco tempo de controle, 1 ano e meio só — fala assim: *“Bom, mas só poderia ser feito por madeireiro”*. É tanta aresta que esse SISMAD tem, é tanta ... Vou dizer o seguinte: primeiro, cada gerência, cada escritório tem seus bancos de dados. Quer dizer, eles não se cruzam. Agora, existe uma modalidade de fraude — essa é fresquinha, é nova —, a “ATPF clonada”, dentre muitas outras. Como esse SISMAD não cruza um com outro e trabalha por sistema de duas vias... Outra coisa também que creio que nem o primeiro banco lá da época do Império fazia: cheque com duas vias. Então, a primeira via acompanha a mercadoria; a segunda via, a madeireira que vendeu presta contas para o IBAMA para debitar. Então, essa segunda via entra no SISMAD e debita o crédito daquela madeireira. A primeira via o cara clona 4, 5, 6 idênticas, porque o que vendeu, o que vai debitar só presta conta de uma. Dessas clonadas, uma vai para a gerência do Paraná, uma para a gerência do Mato Grosso. A coisa está assim, é totalmente passível de fraude, depende...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, por favor. O Sr. Geraldo poderia explicar se é a primeira via que faz esse movimento?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Isso. Vamos repetir a situação. A gerência de Santarém, por exemplo, emite uma ATPF de saída. Temos 2 casos: a ATPF de entrada, que é a tora, que está entrando para a madeireira, e a ATPF de saída, que é o produto serrado que essa madeireira está vendendo. São duas vias com que a madeireira de Santarém, por exemplo, estaria vendendo a madeira serrada. A primeira via vai acompanhar o caminhão, digamos para o Paraná, que é coisa rara, mas está ocorrendo muito. A segunda via, o madeireiro que vendeu essa madeira em Santarém apresenta para debitar. Emitimos a ATPF. Um exemplo empírico, que ocorreu muito, parou de ocorrer e está voltando a ocorrer justamente



por essa fragilidade do IBAMA. Na primeira via ele coloca, por exemplo, 100 metros cúbicos de ipê. Ela vai dar crédito para a madeireira do Paraná, que comprou 100 metros de ipê. A segunda via, que é a que ele presta conta, que vai ser o débito dele, digamos que coloque 5 metros cúbicos de ipê. Então gerou um crédito legal de 95 metros cúbicos de ipê para a gerência do Paraná. A primeira via foi calçada com a segunda via. Então o SISMADE e o sistema de ATPF têm uma série de entraves, de burrices mesmo, vamos dizer assim, que não consigo compreender. Estou ali no setor de controle desesperado, porque cada dia é uma fraude nova, que a gente demora algum tempo para perceber, às vezes, 2, 3, 4, 5 meses. Uma gerência lá do Piauí descobre uma fraude. Se pelo menos tivéssemos uma informação das fraudes, se tivéssemos pelo menos um intercâmbio desse pessoal do setor de controle... Esse é outro ponto de que me queixo muito também, ficamos ali encafifados dentro do escritório, numa rotina agitada. Se pelo menos trocássemos idéia, soubéssemos qual o tipo de fraude está ocorrendo em cada lugar, pelo menos para a gente saber prever e antever e não demorar tanto tempo para pegar essa fraudes... Mas o que o pessoal sempre diz também é o seguinte. Como o SISMADE é passível de tanta fraude, de tanto erro até de operacionalidade... Não vou dizer... É passível de tanta fraude, que esse pessoal vive dizendo: "*Ah, vai ser mudado*". Estive aqui numa ocasião em que eles apresentaram o futuro sistema de controle de madeira do IBAMA. Sinceramente, vão criar um mecanismo mais frágil do que a ATPF, o sistema que está sendo divulgado, inclusive pelo Marcus Barros, que disse que, se for aquele sistema que foi apresentado pra gente, é um sistema mais frágil do que o atual. Não sei o porquê. Sistema perfeito não existe, isso não existe. Mas o que está sendo proposto seria muito bom para a Inglaterra, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e o Canadá, mas para o Brasil, eles estão criando mais dor de cabeça para quem for trabalhar no controle, mais curupira para a gente responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – V.Sa. entende que o sistema de ATPFs é ultrapassado e deveria ser substituído com urgência? A outra parte: V.Sa. acredita que a melhor solução para substituição seja a apresentada pelo Presidente do IBAMA, Marcus Barros, na semana retrasada? E há ainda mais duas. Depois, até para facilitar, nós poderíamos ir refazendo as perguntas. São 5 em 1 só.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Perfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) - Em que consiste essa solução e qual seria outra melhor? Então, a primeira: V.Sa. entende que o sistema de ATPFs é ultrapassado e deveria ser substituído com urgência?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sem dúvida. É margem a fraude, fraude, fraude, uma atrás da outra. Cada dia uma melhor e mais difícil de ser descoberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) - V.Sa. acredita que a melhor solução para a substituição seja aquela do Presidente do IBAMA, Marcus Barros, na semana retrasada?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Não, não é mesmo. É o sistema também muito frágil, passível a... Vou só adiantando: ele tem uma parte bacana, uma parte interessante, que é uma parte de cruzamento de dados, coisa que o SISMAD hoje não tem. Hoje, qualquer cruzamento de dados, ordem de grandeza, recebemos mais ou menos 12, 15 mil documentos por mês, meu setor, em Santarém, que é uma gerência média. Imagina que cada um desses documentos tem que ter checado, hoje, individualmente. Eu não tenho a maneira eletrônica de cruzar esses documentos. Eu tenho que pegar aquele documento, ler, digitar aquele número e conferir o que está escrito nele. São 8, 10 campos — eu não me lembro de cor —, com aqueles 8, 10 campos que estão aqui. Você vai falar assim: “*Não, você vai conferir só espécie e quantidade.*” Não. Por exemplo, aproveitamento, já falamos dele aqui, ele não abate no crédito. Tenho que conferir também o aproveitamento. Tenho que conferir para a unidade que foi, para ver se está batendo, para ver se não foi clonada. Então, são 8, 10 informações que você tem... Imagina você cruzar isso aí! Eu teria que ter um batalhão de digitadores para ficar conferindo ali. Então, é coisa ultrapassada. Tem mecanismo muito melhor. E esse sistema hoje que o Marcus Barros está propondo é, sem dúvida nenhuma, nesse aspecto, muito melhor. Agora, por que ele é pior? Continuo dizendo: se fosse um país de Primeiro Mundo, ele seria perfeito. Ele propõe o seguinte: não vamos mais ter a figura da ATPF. Seria crédito eletrônico. O crédito de entrada da madeira iria para o plano de manejo. Fantástico. O gerente do IBAMA, a DITEC, fez aquele levantamento, conferiu o plano de manejo, dá crédito... Por exemplo, 10 mil metros cúbicos de madeira para um plano de manejo. Ótimo. Aquele plano de manejo está com 10 mil metros cúbicos de espécies diversas. Esse cara do plano de manejo já



tem — entre aspas — “uma conta corrente no IBAMA”, como se fosse uma conta corrente no banco. E ele quer vender para outra empresa de Santarém. Ele vai lá na Internet — só ele tem a senha —; transfere aquele crédito para a empresa de Santarém, um crédito virtual; abate dessa madeireira e vai... Perdão, abate desse plano de manejo, vai para aquela madeireira. Até aí, bacana, Primeiro Mundo. Só que o transporte iria ser feito... Aí tem duas maneiras de se fazer: uma por um caminhão rastreado pelo satélite; mas tem o nome próprio do satélite que o IBAMA usa: é o *autotrack*. Esse caminhão iria ser rastreado por *autotrack* para prever que ele realmente está saindo daquele plano de manejo e está indo para aquela madeireira. Bacana. Quem é que vai rastrear esses caminhões 24 horas por dia? Já é um pouco complicado. Segundo, esse caminhão que tem esse *autotrack* teria uma espécie de uma senha, que seria uma ATPF eletrônica, que é o tal do DOF, Documento... não sei, a ATPF eletrônica que eles estão chamando. Então, ele passaria... Se um fiscal eventualmente pegar aquele caminhão, ele iria conferir se em cima daquele caminhão tem aquelas madeiras que estão descritas naquela venda. Muito bom. O cara vai comprar uma motocicleta, botar o *autotrack* em cima e vai ficar passeando com a motocicleta do plano de manejo para a madeireira. Muito bacana. Ele deu 10 viagens de 50 metros cúbicos cada viagem; ele transportou o *autotrack* daqui para lá de motocicleta. Gente, fraude vai existir de qualquer jeito! Eu acho difícil de se pegar. Como corrigir isso? Acabar com a impunidade, criar uma fiscalização mais rígida, etc. Agora, uma maneira de a gente diminuir: por que não, por que não — isso foi discutido na época lá com o José, Humberto e Cristina Galvão, que são responsáveis pela DIREF; eu já expus esse ponto de vista; alguns colegas que trabalham no setor de controle, que estavam presentes, concordaram —, por que não se fazer um convênio com o Banco do Brasil ou a Caixa? Eu acho, na minha opinião, são os 2 bancos... Talvez Itaú, BRADESCO, mas, por serem órgãos públicos, acho que o certo seria o Banco do Brasil ou a Caixa. De fazer um... Não existem, por exemplo, carteira de investimento, carteira de ouro, carteira de ações, carteira disso ou daquilo outro? Por que não pode ter uma carteira de madeira? Por que não? O IBAMA credita o crédito daquelas madeiras; o gerente é o responsável, tem uma senha eletrônica; transfere aquele saldo do plano de manejo para a Caixa e para o Banco, nominal, por aquela pessoa que tem a senha, só aquela pessoa, o proprietário, como você tem a sua senha da sua conta corrente,



como você tem o seu CPF eletrônico. A partir do instante que a madeira vai sair de um plano de manejo, por exemplo, para uma madeireira, uma folha de cheque, exatamente uma folha de cheque, todo o controle da madeira será feito... bancário, bancário, uma via só. A madeira saiu daqui, nada de passar o crédito eletrônico para o outro cara, nada disso. Esse cheque vai acompanhar essa madeira. Esse crédito vai, mas vai ficar preso. Ele vai ficar igual àquele cheque que você dá de fora da praça: fica 2 ou 3 dias para ser compensado. É a mesma coisa. Sai a folha de cheque, o crédito da madeira. A hora que ela chega lá, o cara apresentar na boca do caixa, lá no Paraná, por exemplo — estou falando Paraná só para ver distâncias — aí, sim, já tinha dado a saída lá do plano de manejo. Saiu fisicamente, deu baixa no saldo, entrou, uma via só, *on line*, consultas pela Internet, senha. Bom, eu acho que o IBAMA... Eu cito o seguinte: hoje, a minha demanda de serviço atrasado, dentro do meu setor... calculo que eu precisava de 6 pessoas, durante 6 meses, para botar meu serviço em dia. É uma loucura! Isso, já foram feitos memorandos, já respondi a uma auditoria, informando isso. E cadê apoio? Então, em vez de a gente ficar... A cada vez o meu serviço está ficando mais atrasado, o meu setor está ficando mais atrasado. Se a gente fizesse isso aí — entre aspas —, “terceirizando” esse serviço com uma entidade séria, como é o Banco do Brasil, como é a Caixa, seria, a meu modo de ver, a saída correta, mais segura, mais confiável, porque eles, na parte de eletrônica, eles estão muito à frente do IBAMA. Compara a quantidade de fraude que se tenta fazer com o Banco do Brasil. Eles têm anos-luz à frente do IBAMA. Por que o IBAMA vai querer criar um sistema de controle de estoque de madeira se o Banco do Brasil está muito mais à frente? Por quê? A gente vai criar o “ovo de Colombo”, arrumar uma coisa perfeita, se estamos tateando com a ATPF, que é coisa do meu tempo de menino, quando tinha a Guia Florestal, que é mesma coisa, coisa de 40 anos atrás?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) – A 12ª pergunta. V.Sa. participou de operação em Santarém, no ano de 2003, e, nessa operação, foram apreendidos caminhões carregados de madeira, que só traziam cópias das ATPFs. Quem participou da operação e qual foi o procedimento adotado? E se V.Sa. concorda com o procedimento adotado.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Sim. Até hoje prevalece esse problema dentro de Santarém. É uma particularidade da região amazônica. Você



tem os planos de manejo, que geralmente estão, às vezes, do outro lado do rio, ou rio abaixo ou rio acima, e o único transporte possível para se trazer a madeira desses planos de manejo até onde se tem madeireira — por exemplo, Santarém, que é o principal pólo consumidor de madeira da região — seria por balsa. Quando essas balsas chegam com 400, 500 metros cúbicos de madeira e vão descarregar... Cada caminhão carrega 15 ou 18 — depende do caminhão — metros cúbicos de madeira. O que a nossa legislação prevê? A Instrução Normativa nº 44 é bastante clara: cada unidade de transporte tem de ter uma ATPF. Bom, se era balsa, é uma unidade de transporte, ela tem que ter uma ATPF. Cada caminhão tem que ter uma única ATPF também. Então, teria que se fazer um sistema de tirar uma ATPF para cada caminhão. Teria que se “romanear” cada madeira, quer dizer, fazer um “retrabalho” ali na descarga desse porto. E teve um período em 2001, me parece, a Casada Moeda estava com um problema para imprimir a ATPF, ficou um bom tempo sem imprimir. As gerências de Santarém, Marabá e Belém, que têm esse problema em comum, reuniram-se em Belém, fizeram um documento para a Presidência do IBAMA, dando uma sugestão: que cada caminhão carregasse, em vez de trazer cada um uma ATPF, que seriam geradas diversas ATPFs, milhares de ATPFs a mais, e cada caminhão carregasse uma cópia da ATPF autenticada — é bastante claro esse documento — e da ATPF mãe: a “mãe” é aquela que a gente chama que estaria dentro da balsa. Esse procedimento virou corriqueiro, e nós pegamos depois uma operação. Estávamos eu, o Alfredo Mallet Bufrem, servidor, analista também de Santarém, e o Amarildo. O Amarildo estava até presente, o Amarildo Fomentini. Presenciou, parece-me, 5 caminhões com a cópia da ATPF mãe sem ser autenticada. Bom, dentro desse documento que exigia que a ATPF tinha que ser autenticada, houve um problema que os madeireiros contestaram — e obviamente, se eles entrassem na Justiça, eles levariam. Tanto é que, anterior a esse período dessa missão, o Sr. Valdemar Amazonas, que é um colega do IBAMA, que era gerente substituto — por sinal uma pessoa bastante sóbria, uma pessoa de excelente caráter, etc. —, ele gerou um outro documento informando que bastariam cópias. Não que ele isentaria da cópia autenticada, mas que bastaria cópia. Por quê? Se você... A hora que você chega em Santarém, 2 da manhã, 3 da manhã, com a balsa carregada de madeira, você não vai achar um cartório aberto para você autenticar aquela ATPF, mas as madeireiras, como elas estão na região de



Santarém — 10, 15, 20 minutos do porto —, eles poderiam pegar aquela ATPF e xerocar a ATPF nos seus escritórios, e trazer cópia para aquele caminhão circular. O que eu vejo em tudo isso... Ah, há uma ilegalidade no documento gerado pelo Presidente do IBAMA na época, em concordância... É ilegal... Tem aquele negócio: é legal, mas é amoral; é amoral e ilegal. Mas são coisas regionais, são problemas que vocês, assim, *“Mas isso não existe aqui”*. É claro, cada caminhão é uma unidade de transporte. Agora, imagine um caminhão chegar de madrugada, você “romanear”, debaixo de chuva, 15 caminhões de madeira à noite. Você: *“Ah, essa madeira aqui é maçaranduba, essa aqui é ipê, essa aqui é jatobá”*. Primeiro, você reconhecer aquelas madeiras... medir não, porque você pode identificar, plaqueá-las lá na origem, e só colocar volume e espécie. Mas é uma coisa ainda hoje insolúvel. Qual foi a solução que a gente encontrou? A gente prendeu esses caminhões. Não sei se desta vez... Isso vem acontecendo... Cada vez que chega alguém de Brasília, a gente prende um lote desses caminhões. Eu já saí da fiscalização, mas já aconteceu, depois que eu saí da fiscalização, mais 4 ou 5 vezes. Prende esses caminhões, aí os caras vêm atrás e falam: *“Zé, o que faz com isso?” “Consulta o jurídico.”* Aí, o jurídico vai, consulta os documentos que a gente tem lá. Tem essa instrução normativa, feita pela Presidência do IBAMA, que fala que o cara pode rodar com fotocópia. Tem o parecer do Valdemar Amazonas, que, à época, era gerente substituto. Depois disso, ainda houve um acordo feito com o Ministério Público Federal, o gerente do IBAMA e — não me lembro se a Polícia Federal estava junto — acho que Polícia Rodoviária Federal, concordando com o tal do comboio com madeira de tora, que vem de balsa. Isso é outra coisa polêmica também. Teria que dar um ponto final, um basta. Tem um documento da PROGE que fala que é ilegal, mas que até hoje ninguém tomou nenhuma posição. Foram presos alguns caminhões, foi feito o auto de infração, e o cara, de posse desses documentos, conseguiu liberação, tanto da madeira quanto dos caminhões. Isso aí é uma coisa polêmica e dá o que falar. Tem que ser pesquisado, tem de ser resolvido logo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Reinaldo) - Nós vamos solicitar ao Deputado Hamilton Casara que assuma a Presidência. *(Pausa.)* Não? A Deputada Perpétua Almeida irá assumir, mas o Deputado Hamilton Casara tem duas ou mais questões a fazer ao depoente.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, gostaria de parabenizar o Sr. José Geraldo Brandão pelas importantes informações que está trazendo a esta Comissão. Sr. Geraldo, qual a sua formação?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sou engenheiro civil.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Engenheiro civil, muito obrigado.

Ouvi com bastante atenção as suas colocações e entendo que são de extrema importância para o andamento dos trabalhos. V.Sa. faz uma afirmativa para esta Comissão.

Sr. Presidente, já não era surpresa com relação à necessidade de melhoria do sistema de controle do IBAMA. Sabemos que esse sistema precisa dar uma guinada de 180 graus, ou pelos menos de 160 graus, para tirar o pouco que serve de controle e o restante ser mudado realmente.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Agora, o senhor fez uma afirmativa e gostaria que a confirmasse. Pelas suas colocações, a Diretoria de Controle e Fiscalização está ao largo de todo o problema de controle de produtos florestais no País. O senhor afirma que, primeiro, o sistema de controle é extremamente frágil. O senhor afirma que a relação de recursos humanos continua, de longe, com muita precariedade, para o volume de trabalho existente. V.Sa. afirma também que não existe um sistema interligado de controle que o senhor possa controlar o que saiu de Santarém com aquilo que está chegando ao Porto de Paranaguá.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Essas 3 afirmativas, na minha avaliação, Sr. Presidente, são de extrema gravidade e trazem, desnudam praticamente uma situação de plena apatia da Diretoria de Controle e Fiscalização, que, em última instância, é a responsável por esse controle.

Quando o senhor afirma que, evidentemente, resguardadas as reduções efetuadas, mais das 400 madeireiras, dos 200 planos de manejo, com um quantitativo de 3 recursos humanos atuando nessa região, por si só essa informação já desnuda toda a situação de falta de estrutura para a gestão desse controle. Eu fiz um cálculo rápido aqui, Sra. Presidenta. Digamos que, por uma vistoria bem feita em



uma madeireira, desde que se faça todo o controle contábil dessas madeireiras, todo o controle de pátio, evidentemente que nós não faríamos isso, madeireira por madeireira, por um dia, com esses recursos humanos apresentados por V.Sa., tampouco uma vistoria; quer dizer, terminariamos o ano e não conseguiríamos fazer a vistoria de todo esse contexto. Outra questão que me causa ainda maior preocupação é de que V.Sa. afirma que, em que pese a boa direção que se toma naquilo que diz respeito ao controle em si de papéis, tem uma ligeira melhoria; mas V.Sa., ao mesmo tempo, afirma que, no todo, é um sistema que será também ineficaz, tanto quanto o anterior.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sim, acredito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O que nos traz maior preocupação, Sr. Geraldo, é exatamente essa afirmação, e saber que, mais uma vez, em que pese a importante sugestão de V.Sa., com a qual concordo, de que possamos deixar de estar inventando questões ou criando questões que não levam a controles absolutos, usar controles existentes e já testados, como é o caso do controle do Banco do Brasil... Entendo como importante e oportuna essa sugestão, mas, por outro lado, vejo que, mais uma vez, nós trabalhamos — e eu digo “nós” como gestores, homens públicos e preocupados com o bom controle de produtos florestais —, mais uma vez, essa lógica caminha na direção de controle de papéis e não na lógica da estruturação das instituições públicas, não na lógica de se conferir sustentabilidade daquilo que é o fruto principal, que é objeto principal da instituição a qual V.Sa. representa; evidentemente não V.Sa. com essa responsabilidade. Mas, quando se verifica isso, verifica-se mais uma vez que estamos caminhando para um estado de perda de sustentabilidade ainda maior num futuro próximo.

O que temos de fazer, na nossa avaliação, é cada vez mais melhorar o sistema de campo. V.Sa. desnuda essa situação aqui; cada vez mais ela se agrava, pelas informações que trouxe. V.Sa. mesmo colocou: uma maçaranduba, um ipê, uma copaíba, uma cerejeira ou qualquer outra essência dessa mesma natureza não muda de lugar do dia para a noite, ela não evapora. Por mais que o fuste da árvore saia, mas o tronco permaneça, não é nada que uma perícia possa constatar que foi uma cerejeira ou um ipê que saiu daquela região. Se estamos abrindo mão da prova cabal, da “prova dos nove”, para focar uma lógica completa para um sistema de papéis, mais uma vez quero concordar com V.Sa. e dizer da necessidade dessa



mudança, principalmente de estrutura. É claro que é muito importante que cada vez mais se melhore o sistema de controle de papéis, mas o que confere sustentabilidade... e a função pública institucional é de conferir sustentabilidade dos recursos naturais.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sem dúvida, concordo plenamente.

O SR. HAMILTON CASARA - Por fim, Sr. Geraldo, gostaria apenas de ouvir sua opinião sobre o projeto de gestão pública de florestas.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Dentro das suas informações, uma ficou meio dúvida. O setor de controle — estou dizendo o setor de controle burocrático — é feito por apenas 3 servidores em Santarém. A fiscalização nos pátios das empresas, essa, sim, tem sido importante e efetiva, principalmente de algum tempo para cá, de seis meses para cá, por aí, desde que se teve a intenção de criar a Instrução Normativa nº 58, que é o recadastramento das empresas, que baixamos de 400 empresas para, hoje, 216. Dessas 400 empresas, sendo que 84 delas foram suspensas por fraudes diversas, outras não se recadastraram. Então imaginamos que, dessas 400 para 216 hoje, por causa do recadastramento e das fraudes, estamos só com 216 madeireiras. Por exemplo, esse controle de estoque do pátio de madeira e vistoria “geosetora ditec”; mas o controle de pátio de madeira é feito pelo setor de fiscalização e tem contado, na operação Desmate, com apoio bastante forte, com a operação Novo Progresso Itaituba. Nesta semana eles estão... não vou dizer a região, porque eles estão lá ainda, mas tem sido bastante efetivo e mudou muito. O IBAMA, de um ano para cá, nessa parte de controle, está bastante mais eficaz, creio eu. Bom, o senhor me perguntou sobre o plano de gestão pública de florestas. Dentro dessas pesquisas que andei fazendo, existem pontos positivos, são positivos realmente. Hoje o que nós temos? Temos uma Amazônia que ninguém tem título de terra, quer dizer, temos uma Amazônia com terras que não têm dono e temos a pressão do mercado madeireiro, porque eles precisam trabalhar. Segundo eles, geram 60 mil empregos apenas na região de gerência de Santarém. Até creio que talvez possa se chegar a esses 60 mil empregos. Mas, partindo daquele princípio de que plano de manejo nenhum é sustentável nos modelos atuais — e o plano de manejo que está sendo previsto nessa Agência Nacional de Floresta parte deste princípio: 25 anos que é sustentável —, então, já começa de uma premissa questionável. Segundo ponto, vou dizer com quase absoluta certeza: não existe



terra na Amazônia que não tenha um dono, um dono de direito. Não é o dono de papel, é o cara que está lá há 20, 30, 50 anos. Como vocês vão — vocês que digo, esse pessoal da administração — indenizar esse camarada? Esse camarada não tem preço. Ele criou a vida dele, pais e famílias. São populações tradicionais. A Agência Nacional de Florestas? Ah, tá, vamos partir daquele princípio da ditadura que falava que “o bem público sobrepõe-se ao bem particular”. Espere aí, e o que a Agência Nacional de Floresta é de novo? Ela é privatizante da madeira. O pior de tudo: um colega meu, analista ambiental de Santarém, me perguntou: *“Quem pode ser dono de uma maçarandubeira que demorou 400 anos para crescer? Quem pode ser dono de um peixe ornamental que não criou? Ele plantou aquela maçaranduba? Ele criou aquele peixe ornamental para exportá-lo? Ele retirou da natureza, meu amigo. Qual é?”* Sou muito radical. Penso que essa Agência Nacional de Florestas nesses modelos atuais, só em grandes áreas de terra, vai cair na mão só de grandes grupos, se não forem grupos multinacionais. A minha opinião é de que tudo o que foi feito — não tudo o que foi feito, mas... — tem de ser revisto: duração de plano de manejo; diâmetros de DAP, de porte, de madeiras vermelhas; maneiras de se fazer essa conduta como leilão, quer dizer, o poderio econômico vai prevalecer sobre interesses comunitários. É tudo decidido. Perdoem-me, não tenho inimizade nenhuma contra engenheiro florestal algum. O pessoal vive falando que sou ambientalista. Não, gente, basta conhecer a região para sentir o que o pessoal de lá sente, só isso. Por isso que defendo, sim, outros métodos. Como se vai fazer um plano de manejo igual, já disse aqui, sem consultar um biólogo, sem consultar um sociólogo, falem-me? Houve uma vez, em Porto de Moz...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Sr. José Geraldo, só um momento. Estamos com o senhor e mais duas pessoas, e temos alguns outros questionamentos que precisamos fazer ao senhor.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Perfeito, vamos ser objetivos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Gostaria que o senhor fosse o mais objetivo possível, certo? Vamos dar continuidade a algumas perguntas a que o Presidente gostaria de ter resposta, para que pudéssemos incluir no relatório.



O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sendo objetivo, a Agência Nacional de Floresta, no meu ponto de vista, tem de ser revista. Do jeito que está aprovada, é utópica e beneficia apenas os grandes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Vamos checar aqui o seguinte: o senhor pode relatar rapidamente ou pontuar que indícios de corrupção do setor madeireiro do Pará o senhor pensa que é importante investigar. Cite pelo menos aí uns três.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Quem garante a minha vida depois? (*Risos.*) Bom, tem de ser investigado. A Curupira está investigando essas fraudes das ATPFs calçadas, ATPFs falsificadas. Bom, esse aí é o principal, no meu modo de ver.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Tem algum outro indício que o senhor considera importante citar e que não quer falar aqui agora? Poderia fazer isso por escrito para nós?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Não tenho, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O que tiver o senhor falará agora?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Estou falando o que tem agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Não entendi.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - O que tenho de falar, o que sei, estou falando agora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Já?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Já falei, o que sei é isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Com relação às empresas fantasmas, o senhor sabe quem fez os laudos de vistoria delas?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - As empresas fantasmas no Mato Grosso... Chegava-se a cogitar que seriam 427 indicadas pela operação Curupira. Conversei com a Sra. Ariadne, que era secretária do Sr. Elielson, da operação Curupira, que me disse que esse número não chega a tanto, que houve alguma confusão dos números. Em Santarém, houve o mesmo problema: não há aquelas 9 empresas fantasmas, como foi divulgado. Na verdade, hoje são duas empresas não confirmadas que seriam fantasmas, porque, quando se levantou que havia 9 empresas fantasmas, notifiquei essas 9 empresas, e uma, duas, três, quatro



apareceram, falaram que as empresas deles não era fantasma, pediram novas vistorias. O que houve foi um erro por interpretação do pessoal que estava em campo. Eles levaram a lista de empresas sem ter o trabalho de levar a coisa mais óbvia, que é a coordenada geográfica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Mas o senhor sabe o nome das pessoas responsáveis por esses laudos?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sim, esses laudos foram feitos por 4 funcionários do IBAMA. Eles fizeram esses laudos de que, teoricamente, essas empresas seriam fantasmas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O senhor quer dar os nomes deles?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Sim, todos sabem: Walter Navarro, Paulo Aires, Nazareno, Sr. Albino e Sr. Isnaldo. São 5 funcionários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo.

Deputado, o senhor quer continuar com suas perguntas?

O SR. HAMILTON CASARA - Não, Sra. Presidenta, estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Diga-me uma coisa: essas empresas... O senhor lembra aí os nomes, rapidamente, de quem foram os responsáveis por elas? Tem mais alguma coisa que o senhor quer falar acerca desse processo, como foi esse processo?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Só quero reforçar que o que foi divulgado pelo pessoal do escritório da Altamira, de que Santarém estaria sendo conivente com empresas fantasmas, isto é uma inverdade, porque, depois que acionei os próprios que fizeram as vistorias, falando que as empresas eram fantasmas, quando mandei as coordenadas geográficas, encontraram as empresas. O que posso dizer é que houve vontade de divulgar uma informação para denegrir o escritório de Santarém, ou houve um erro básico, que é sair para campo com o GPS sem sair com a coordenada geográfica. Talvez tenha sido uma maneira de perseguir algum servidor ou alguém de dentro do IBAMA, na gerência de Santarém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Retomando ainda aqueles indícios de corrupção, o senhor consegue lembrar mais alguns que o senhor acha que é importante a CPI investigar no Pará? O senhor falou das ATPFs falsas.



O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - No momento, o que sei, o que posso dizer, seria só isso. Não tenho mais nenhuma informação a acrescentar, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Em 2002, o IBAMA fez uma operação chamada Porto de Moz. O que o senhor considera que não foi correto naquela operação?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Bom, da operação em si, creio que correu tudo correto. Tive informações posteriormente, as quais foram informações de algum ilícito que tenha ocorrido, mas não presenciei, nessa operação de 2002 eu não estive. O fato é que chegou a madeira apreendida a Santarém, a qual eu dou todo o crédito àquela missão que foi até lá. E, com relação a esses indícios de irregularidades, foram ditas por um funcionários do IBAMA, por apenas um dos que foram, e também pelo Sr. Marcelo Marquezini, que já foi Chefe de Fiscalização do IBAMA de Santarém. O Marcelo Marquezini teria condição de provar que houve ilícito daquela época, porque ele era chefe da fiscalização e teria poder de apurar isso e punir, se houvesse realmente alguma irregularidade que ele tivesse alguma prova. Com relação a outro funcionário, o Sr. Leonan, que vai até depor aqui, ele me disse que houve irregularidades. Como não participei dessa missão de 2002, o que posso dizer é que realmente não sei se houve ou não houve; eu não participei, então não posso dizer uma coisa que não tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Então, vamos fazer o seguinte: naquela operação, houve dois técnicos do IBAMA, chamados Leonan Amaral Muniz e José Nazareno, que participaram da operação. O senhor lembra qual foi a participação de cada um deles?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Eu não estava no setor de fiscalização a essa época ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Mas ficou sabendo de alguma irregularidade na participação deles?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - De ouvir dizer, é o que acabo de dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O que o senhor ouviu dizer?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Que o Sr. Leonan me havia dito que houve uma troca de madeiras, uma madeira apreendida, uma madeira de primeira, e que, na hora em que eles foram buscar a madeira, eles tinham trocado a madeira.



Em vez de estar lá uma madeira, vamos dizer, em boas condições, puseram uma madeira de terceira, sei lá, e que todos sabiam que a madeira era de primeira e tinha sido trocada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Ela foi trocada. O senhor sabe ou ouviu dizer para quem ela... na mão de quem ela foi parar? Ela foi doada para quem?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Não, quando ela foi trocada, não sei quem foi o beneficiário que pegou a madeira boa na época. A madeira que teoricamente seria ruim veio apreendida para o IBAMA de Santarém; a madeira, vamos dizer, de segunda qualidade foi apreendida. Quer dizer, dever-se-ia trazer a madeira de primeira, segundo boatos. Não acompanhei isso, não tive prova nenhuma... era de que a madeira apreendida lá era uma madeira de primeira e veio uma madeira de segunda no lugar. Essa madeira de segunda foi apreendida e se encontrava no pátio do IBAMA de Santarém, tendo sido doada, há 2 meses, um mês e meio, para o Comitê de Porto de Moz, que é o Comitê da População... não me lembro o nome, é uma dessas associações de ribeirinhos lá de Porto de Moz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Certo. Então o senhor sabe a destinação da madeira que foi trocada, mas o senhor não sabe da madeira de primeira?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Não, a madeira de primeira não sei para quem. Segundo também o Sr. Leonan, essa madeira teria sido adquirida ou teria ficado para o Prefeito de Porto de Moz, Sr. Gerson Campos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Diga-me uma coisa: com relação à madeira oriunda dos antigos planos de manejo na área da atual RESEX Verde para Sempre, está sendo retirada do local com autorização da gerência do IBAMA?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO - Hoje não, mas a RESEX Verde para Sempre foi criada por um decreto de final de novembro de 2004, exatamente. Como havia nessa época muita madeira já cortada, e os madeireiros donos desses planos de manejo em terras públicas do ITERPA, com uma concessão muito estranha, que é uma concessão de uso de recursos florestais, uma espécie de uma... (*Risos.*) É bastante interessante, são *nuances* que pensamos: como isso pode acontecer? O



ITERPA mandou... Por isso que demora. Vou pular isso. Então, a madeira tinha sido cortada, os madeiros fizeram uma reunião.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sra. Presidenta?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Só um minuto.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Geraldo, poderia repetir o nome da RESEX?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – RESEX Verde para Sempre.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Existe alguma parceria para a gestão dessa RESEX?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Eu acho que ainda não. Sei que quem pressionou para criar essa RESEX foi o pessoal do Greenpeace. Fizeram uma pressão violenta para criar essa RESEX. Vou dizer que essa RESEX saiu por causa do Greenpeace, por causa da pressão dele.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – E aí os madeiros se mobilizaram, não sei se só ribeirinhos, se colonos. Eu não participei dessa reunião. Convocaram IBAMA, Ministério Público, Prefeitura, e fizeram, logo que criaram o comitê da RESEX Verde para Sempre, essa reunião com a participação do Ministério Público. Falaram: *“O que se vai fazer dessa madeira que está cortada?”* Se está cortada, madeira branca em 3, 4, 5 meses apodrece; madeira branca, vou dizer, é quase perecível. E a madeira vermelha, não sei por que cargas d’água, não foi tratada de maneira diferente. O certo é que a madeira está cortada. Para ela não apodrecer, o IBAMA, com o Ministério Público, com esse comitê da RESEX Verde para Sempre, acharam por bem liberar para o madeiro, como se fosse uma “indenização”, entre aspas, pelas benfeitorias que fez ali dentro: abriu estradas, fez o porto, construiu alguma casa lá, etc. Não sei como isso funcionou, mas o certo é que liberaram. Mesmo depois da RESEX ter sido criada, liberaram madeira, sim, para ser transportada. Mas essas liberações foram precárias, no período. A última delas chegou agora no mês de junho ou julho, que foi a última, vamos dizer, dos transportes que ocorreram legalmente saindo de dentro da RESEX Verde para Sempre, com anuência do IBAMA e também, pelo que soube, do Ministério Público Federal.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Sr. José Geraldo, do servidor do IBAMA Walter Navarro, já se fez até algumas perguntas anteriores sobre ele. O que o senhor conhece dele, da sua atuação? Que bens possui? Ele tem empresas?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Olhe, o Walter hoje é piloto, trabalha basicamente no NOA — Núcleo de Operações Aéreas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Trabalha onde?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – No NOA. Ele é do IBAMA e trabalha no NOA. É o único piloto do NOA, ou seja, piloto que voa para o IBAMA, que é da casa. Ele já trabalhou na fiscalização, é um camarada que deve ter 20 anos de IBAMA, provavelmente. Com relação ao patrimônio dele, o que eu sei mesmo: ele tem um carro, um carro que um servidor público do IBAMA teria condições de ter, um carro desses pequenos. Parece-me que é um Gol. É um Gol, um carro de 20 mil reais. Não vejo que seja alguma coisa ostentosa ou que seja diferente do que possa estar auferindo como servidor do IBAMA. Com relação a empresas, surpreendeu-me uma pergunta que o pessoal da Comissão fez ao Paulo Maia: que o Walter teria uma empresa de *factoring*. Para mim é uma surpresa, nunca ouvi dizer. Falaram que ele tem uma empresa de venda de veículos usados, essa empresa da qual eles acusam teoricamente. Depois veio aí um jornal, *O Liberal*, não sei, um jornal da região, que menciona uma empresa. Dessa empresa da qual falam, o Walter não tem qualquer participação, pois conheço o proprietário, é meu vizinho. Então, tudo leva a crer que, pelo menos pelo que eu saiba, não tem nenhuma veracidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Sr. José Geraldo, o senhor ou alguém de seu ambiente de trabalho, alguém que o senhor conheça nessa relação, sofreu alguma ameaça de morte lá?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Sim, eu mesmo sofri.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – De quem?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Uma foi bastante clara, do Sr. Luiz Leite Prado. Foi levada à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Luiz o quê?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Luiz Leite do Prado. Inclusive, achei a Polícia Federal bastante deselegante, porque na hora e no instante em que me convocaram, apresentou-se lá o Sr. Luiz Leite Prado na minha frente. Não se pode



ter um risco desse. Graças a Deus que, na hora, o Sr. Luiz Leite Prado me pediu milhões de desculpas, falou que estava com a cabeça quente, estava nervoso. Mas igual a esse Luiz Leite Prado há mais 84 empresas que foram suspensas, que também estão com a cabeça quente. Então, se cada vez que eu for à Polícia Federal e fizer uma denúncia o cara me colocar na frente do cara que me ameaçou... Por isso, eu prefiro muitas vezes não dizer; muitas vezes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Quem mais o senhor tem conhecimento de que foi ameaçado lá?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – O Paulo Maia foi ameaçado diversas vezes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Por quem?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Madeireiros, detentores de planos de manejo. O problema nosso lá é madeireiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – O senhor não sabe dizer especificamente a pessoa?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Não sei, mas sei que foi ameaçado, já tive conversas com ele. A gente é bastante amigo e passamos pelos mesmos problemas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Certo. Sr. José Geraldo, tem alguma coisa a mais que o senhor queira declarar.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Não, creio que já falei muito. Já está na hora de... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sra. Presidenta?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Geraldo, gostaria que o senhor pudesse, de forma sucinta, relatar — na realidade, pude anotar aqui uma folha e meia de importantes afirmativas feitas por V.Sa. —, nessa informação sobre a clonagem das ATPFs, que o senhor pudesse nos discorrer mais ou menos o caminho desses documentos adulterados, entre origens e portos de exportações ou, porventura, algum local de comercialização nacional. Refiro-me aos portos de exportações ou à questão do caminho de São Paulo, por exemplo. E, sobre essas questões, efetivamente colocar mais ou menos os caminhos das ATPFs que, pelas suas declarações, estão sendo clonadas, adulteradas ou mal utilizadas, os caminhos



delas da origem até o ponto de comercialização. Esta é uma pergunta que lhe faço. A segunda pergunta. O senhor afirma também e deixa muito claro para todos nós que as vistorias, as supervisões, o controle, mas particularmente as vistorias de campo são extremamente precárias com relação aos planos de manejo, não criando segurança alguma para a emissão dos créditos que porventura poderiam chegar a essa sua sugestão com relação ao Banco do Brasil. Gostaria de, com rápidas palavras, saber do caminho de documentos adulterados e o sistema de controle, que em última análise cai no seu setor, mais o que antecede. Como estão sendo feitas as vistorias e os monitoramentos de campos, que, em última análise, também geram os créditos que vão gerar novos papéis?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Com relação ao caminho dessas ATPFs falsas, adulteradas, clonadas. Por exemplo, no Piauí, pegaram 103 ATPFs falsas e, em Sergipe, 181, parece-me. Foi consultado recentemente. E isso já se generalizou, já virou um câncer. Temos de ter pessoas especializadas nisso aí agora, para pegar. Agora, o principal caminho delas é Mato Grosso, o ninho de cobra, e vai desovar uma boa parte em Santarém. Temos 3 pessoas para cuidar disso, mas não só disso. (*Risos.*) Se fosse só isso, creio que até seriam suficientes 3 pessoas para fazer a análise documental disso daí; 12 mil documentos por mês é tranqüilo. Só que são diversas outras atividades. Mas acho que Santarém é um caminho; outro caminho está sendo Amapá, Rondônia e Paraná. Paraná é também outro caminho precioso dessas ATPFs.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Ainda dentro das ATPFs, Sr. Geraldo, o senhor tem conhecimento DE que das 23 ou 25 mil, se não me falha a memória...

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Vinte e duas mil que foram roubadas de Belém.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Vinte e duas mil que foram furtadas. Quantas ATPFs dessas foram resgatadas através do sistema de controle?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Eu creio que só em Santarém foram próximas de 2 mil, o que é muito pouco, é muito pouco. Pelo que eu ouvi dizer, no Mato Grosso, em torno de 12 mil. Tem espalhado pelo Brasil inteiro. Eu tenho notícias dessas ATPFs já também pelo Brasil inteiro.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu quero apenas, Sr. Geraldo, fazer um reparo. Eu me referi, há poucos instantes, sobre a Diretoria de Controle e Fiscalização...

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – ...evidentemente, não com a intenção, aqui, de eximir ou de acrescentar alguma coisa. Mas V.Sa. tem noção do orçamento destinado ou da Diretoria ou da Diretoria para a sua unidade de trabalho para esse fim?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Para o fim do setor de controle?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sim.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Zero. Neste ano foi zero.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Zero.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Só salário nosso. Obviamente, salário que a gente recebe.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quanto à questão das ATPFs, Sr. Geraldo, estou satisfeito e gostaria, se possível, que V.Sa. pudesse me falar sobre essa realidade de campo, hoje, dos planos de manejos que geram esses créditos, que, na minha avaliação, ainda acumulam ainda mais o trabalho de controle.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Perfeito. A gente tem em média 2 mil. Este ano caiu muito, mas, em média, nos anos anteriores, pelo histórico que eu acompanhei, a faixa de 2 mil desmatamentos/ano. Cada desmatamento gera 60 metros cúbicos de madeira. Desmatamento, não é necessário você fazer vistoria prévia. Você acredita no que o colono declarou. Só precisa ter uma vistoria, teoricamente, se houver um pedido superior a 60 metros cúbicos. Aí, teria de ter um engenheiro técnico responsável, um engenheiro florestal técnico responsável. Esse engenheiro florestal vai declarar volumes acima de 60 metros cúbicos, que foram comprovados em vistorias por causa do Plano Safra Legal, porque muitas das vezes não existia aquela madeira lá. Então, começa daí. Se a gente tem 2 mil desmatamentos/ano vezes 60, vai dar 120 mil metros cúbicos de madeira, que, teoricamente, não é confiável. Por quê? Porque ou é o colono que declara, ou é o engenheiro florestal que declara, e não precisa de vistoria prévia. Bom, aí, a gente caminha para os planos de manejo. A tendência é que se formalize alguma coisa em



torno de 400 a 500 mil metros cúbicos de madeira para ser liberado para o plano de manejo nessa safra. Creio que não vai dar tempo mais, porque já estamos quase entrando no período de chuva, o ciclo de corte vai acabar, não creio que para este ano seja possível liberar isso. Mas a gente teria uma faixa de 60 a 70 planos de manejo para serem vistoriados pela equipe do IBAMA, de 1 engenheiro florestal de campo. Também é impossível. Brasília tem mandado engenheiros florestais de fora, mas cai naquele problema que eu estou falando para vocês: vêm engenheiros florestais, como veio aquele pessoal de Lavras, que não sabem nem o que é um barco regional, que não conhecem nada de Amazônia, que não conhecem uma árvore da Amazônia. Então, são precariíssimas as coisas. Eu temo pela realidade. Acho que, se não houver um... sei lá, um investimento no próprio pessoal, treinar outros analistas para fazer vistoria. Há aquele... como é quando o engenheiro fala que só ele pode fazer vistoria, como é que chama? Protecionismo? Não. Reserva de mercado, mas tem outro nome... Corporativismo! Há um corporativismo entre eles, que fala que só eles podem fazer vistoria. Discordo. Eu acho que o analista ambiental não vai fazer o projeto, ele vai fazer a vistoria, ele vai conferir, ele vai checar. Ler um projeto de manejo é muito fácil, interpretar é muito fácil — sou engenheiro civil —, coordenadas, coordenadas geográficas, talhões. Tudo, muito simples para mim. Então, se houvesse um treinamento e, obviamente, um acompanhamento de uma pessoa da região que conhece as madeiras, eu tenho certeza de que eu teria condições de fazer uma boa vistoria. Então, eu acho que este, talvez, fosse um caminho: permitir que outros analistas ambientais, obviamente bem treinados, fizessem a vistoria, desde que conhecessem realmente os problemas da região. Então, o que você me perguntou, resumindo, a origem da madeira é questionável.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, a última pergunta. Sr. Geraldo, o senhor está-nos afirmando que, além das dificuldades com o controle dos manejos, das ATPFs, o senhor ainda teria mais um volume de trabalho extremamente significativo na sua jurisdição, que seriam os desmates, não é?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Desmatamentos, lançamento de controle, etc.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor, porventura, tem noção de quantos por cento – eu vou deixar as ATPFs de lado, neste momento, por uma



questão de análise – de controle efetivo, o senhor poderia afirmar a esta Comissão, que o senhor teria sobre os planos de manejo? Refiro-me sobre matéria-prima oriunda dos planos de manejo e sobre matéria-prima oriunda dessas autorizações de desmates, só para se ter uma idéia.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Eu não aprofundi bem a pergunta, mas eu imagino que seja assim, em termos comparativos: se for relação...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu posso repetir.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Perfeito, perfeito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Na realidade, nós queríamos ter conhecimento de controle real que V.Sa. tem...

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – O que seria legal e ilegal?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – É, exatamente, o que seria legal e ilegal dos planos de manejo. Na realidade, controle efetivo da matéria-prima oriunda de planos de manejos e de autorizações de desmate na sua jurisdição.

Faço esta pergunta porque, como V.Sa. detém a coordenação do controle, evidentemente deve ter controle até da emissão das ATPFs.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Todo desmatamento que é aprovado pelo IBAMA, teoricamente, ele é correto; e todo plano de manejo que é aprovado pelo IBAMA, ele é correto. Vou dizer, todo crédito de tora que entra para Santarém é controlado. Então, do que foi liberado oficialmente é controlado 100%. Isso eu posso dizer.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – É essa pergunta que eu estou fazendo. Eu estou separando, exatamente, esse controle a partir do momento em que a informação chega à sua mão no escritório.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Perfeito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Eu estou falando para trás.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Para trás.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Qual o efetivo controle que V.Sa. tem com relação à origem dessa matéria-prima proveniente de manejo e proveniente de autorização de desmate?

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Perfeito. Teve uma pesquisadora da UFPA, de Belém, que esteve comigo. Ela andou fazendo uma pesquisa. Ela queria saber, exatamente, essa pergunta. E, a meu modo de ver, talvez, era 20% da



madeira que circulava ilegal no Pará, alguma coisa...O número que tinha na minha cabeça era esse, mas ainda era um número empírico. Andei mergulhando, passei uns dois dias pesquisando isso no setor de controle — o SISMAD até nisso é uma porqueira, para emitir relatórios —, mas eu consegui detectar que 55%... Como é que eu detectei? Eu tinha volume de tora que entrou em Santarém e procurei o número de madeira serrada que saiu, e temos o fator de 1.8. Então, o que a gente tinha que ter? O volume de tora tinha que ser 1.8 maior do que o volume de madeira que saiu, de madeira serrada que saiu. E não é. O fator de madeira ilegal que circula no oeste do Pará, partindo dessa informação, é de 55%, por incrível que pareça.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado, Sra. Presidenta. Obrigado, Sr. Geraldo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Sr. José Geraldo, a gente gostaria de agradecer a sua participação na CPI.

Em nome da CPI, peço ao senhor que aguarde um pouco na Secretaria. Depois alguém vai conduzi-lo. Se houver, durante o processo da CPI, alguma necessidade de reconvocá-lo, de o senhor contribuir, nós o convidaremos de volta à CPI.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ GERALDO BRANDÃO – Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) – Convido o Sr. Leonan Amaral Muniz a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Hamilton Casara.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Dando prosseguimento aos depoimentos, solicito ao Sr. Leonel Amaral Muniz que preste juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “Art. 342 - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha (...) Pena: reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”.



Com a palavra o Sr. Leonel Amaral Muniz, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela, antes de responder às perguntas dos Deputados. Com a palavra o Sr. Leonel, caso queira utilizá-la.

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Estou disposto a responder o que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Em face de ter declinado do tempo o Sr. Leonel Amaral, passamos às perguntas.

Convido o eminente Deputado Zé Geraldo, se puder, a fazer as perguntas ao Sr. Leonel, face a problemas técnicos desta Presidência.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Leonel Amaral...

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Leonan.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – ...há quanto tempo o senhor trabalha no IBAMA?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Trabalho no IBAMA... estou completando 23 anos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Vinte e três anos?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Sim.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Quais são suas principais atividades no IBAMA?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Bom, dentro do IBAMA, eu sou comandante de embarcações, sou motorista, sou piloto de lança-voadeira, faço outros serviços de fiscalização. Onde for chamado, eu estou disponível, lá, para acompanhá-los.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – O que V.Sa. tem a declarar sobre a operação Porto de Moz, efetuada pelo IBAMA, em 2002?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Bom, em 2002, foi feita uma apreensão de madeira, a qual eu fui citado como o comandante da embarcação, para levar a balsa, do empurrador até o destino, em Porto de Moz, de Santarém até Porto de Moz, juntamente com os policiais, para apanhar madeira, numa certa serraria, no Porto de Moz. Não estou lembrando a data, mas...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Certo. Segundo informações recebidas por esta CPI, durante a citada operação ocorreram diversas irregularidades,



incluindo provas testemunhais de policiais militares que a acompanharam. O que V.Sa. tem a dizer sobre isso?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Bom, antes de nós chegarmos à cidade de Porto de Moz, pelo rádio de comunicação, nós tivemos umas informações a respeito de balsas que estavam carregadas com madeira, para que, antes de nós chegarmos ao Porto de Moz, estas balsas deveriam estar saindo, já, no rumo de Belém. Tudo isso foi ouvido no rádio, inclusive pelos guardas, pelos policiais que foram testemunhas no ato disso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Certo. O senhor tem conhecimento se o Sr. José Nazareno da Silva e Walter Navarro da Silva Júnior vêm apresentando sinais externos de enriquecimento ilícito?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Bom, enquanto... A respeito de Walter Navarro eu não posso confirmar corretamente, mas, sim, José Nazareno da Silva.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Este daí, o senhor...

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Certo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Está enriquecendo. O que o senhor tem a declarar sobre Walter Navarro? É verdade que ele é proprietário de uma empresa?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Eu não tenho conhecimento disso. Se tem, eu não sou sabedor. Não posso falar isso aí, não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – V.Sa. responde a algum processo disciplinar, administrativo do IBAMA?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Nunca.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Nunca? Nunca respondeu?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Nunca respondi.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Certo.

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Eram essas as perguntas formuladas pelo Relator e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Sr. Leonel Amaral, gostaríamos que V.Sa. pudesse responder, se possível, à pergunta formulada pela nossa assessoria. Esta CPI recebeu informações de que, na operação Porto de Moz, realizada em 2002, a madeira apreendida — na realidade, o senhor já até respondeu, apenas para o senhor confirmar —, que era de



primeira qualidade, foi trocada por uma de terceira qualidade, que ficou apreendida no pátio do IBAMA. Já a de primeira qualidade teria sido entregue ao Prefeito de Porto de Moz. V.Sa. tem alguma coisa a declarar sobre isso?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Toda informação que nós tivemos, que eu tive, ao chegar em Porto de Moz, esta foi a realidade, porque... inclusive, os próprios funcionários lá — eu não sei se foi Prefeito, o dono da serraria — estiveram falando conosco. Inclusive, foram poucos minutos que eu estive lá, encostando, porque houve um problema meio sério e eu tive que recuar com a balsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor poderia citar nomes de algumas dessas pessoas?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Não, não posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Quem lhe afirmou? Quem trouxe essas informações ao senhor?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Essas informações foram coletadas lá mesmo, no porto. Não sei se eram funcionários, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Mas o senhor se lembra do nome de alguma pessoa que trouxe essa informação ao senhor?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Não, não, não lembro. Não lembro, porque eu não tinha conhecimento lá. Não conhecia ninguém lá, dentro do pátio da serraria, no porto da serraria. Eu não posso confirmar o nome, porque eu não conhecia ninguém lá. Só o boato de falarem lá. Agora, que nós visamos... que nós visamos, na hora que nós chegamos, a balsa com madeira serrada lá... as melhores madeiras, ou seja, ipê, maçaranduba e angelim-pedra, onde eles mesmos comentaram, lá. E, na hora de sairmos de lá, para pegar madeira noutro lugar, noutro rio, quando nós retornamos de lá, a madeira já não estava mais lá, já tinha ido embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Mas o senhor pode nos afirmar ou não se elas teriam sido destinadas ao Prefeito lá?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Pelo que tudo indica, a serraria é do Prefeito de lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O senhor não recorda do nome de alguém, de algumas dessas pessoas que comentaram este assunto com o senhor? O senhor viu isso pessoalmente ou...



O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Eu vi pessoalmente lá, eu vi pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Isso acontecendo?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Acontecendo. Não só eu como toda a tripulação da embarcação, que estava no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Então, afirmamos aqui que, pessoalmente, o senhor assistiu à ida dessa madeira do pátio, essa madeira de primeira qualidade, na serraria do Prefeito?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Sim, já essa madeira na balsa, toda preparada para seguir viagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – Com destino...

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ – Acho que Belém, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – A pergunta é a seguinte: se ela teria sido entregue ao Prefeito de Porto de Moz. Essa é a pergunta feita pela assessoria da Comissão.

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ - Não, de ser entregue não posso confirmar. Confirmando a saída de lá da serraria onde ela foi beneficiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Ela, sendo beneficiada na serraria, teria saído... E essa serraria pertence ao Prefeito?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado.

Deputado Zé Geraldo, alguma pergunta mais?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Sr. Leonan, V.Sa. gostaria de fazer alguma declaração adicional que porventura tenha vontade de fazer? Este é o momento.

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ - A respeito de toda essa viagem Santarém—Porto de Moz, Porto de Moz—Santarém, como comandante da embarcação tive um problema, uma discussão com o meu colega de trabalho, infelizmente, José Nazareno da Silva. Precisei de material de trabalho, ou seja, cabo para amarrar balsa, fazer a atracação do empurrador com balsa, e ele teve a oportunidade de me negar. Porque suprimento tinha para fazer compra de todo o material para determinado trabalho lá. Houve discussão porque ele disse que não ia



comprar. Segundo, eu saio da balsa, vou a pé. Ao chegar próximo à casa do Prefeito, o Sr. Nazareno estava no carro do Prefeito lá. Eu discuti com ele, porque eu disse que estava precisando de cabo para amarrar a balsa e fazer a atracação da balsa com o empurrador. Gerou uma discussão lá com ele. Eu não tinha uma outra opção, onde tive que embarcar no carro para ir ao posto fazer compra desse material, para trazer para a balsa, para eu poder me deslocar do Porto de Moz para Santarém. O outro lado foi sair do Porto de Moz, com 15 horas de viagem, ao Rio Xingu, numa outra serraria, que chegamos lá pela parte da noite já. Não tinha mais luz. Não sei entrar naquele rio, nunca tive conhecimento daquele rio lá e também nem da própria serraria. É que fomos buscar essa madeira, onde eu não deveria ter ido. Deveria ter entrado com essa balsa lá, porque o destino era até Porto de Moz, e não subir 15 horas além da ordem que me foi dada pela programação de viagem, a ordem de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Sr. Leonan, alguma outra informação que o senhor gostaria de informar a esta Comissão? Ou está satisfeito?

O SR. LEONAN AMARAL MUNIZ - Eu estou satisfeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Esta Comissão agradece-lhe a presença e solicita a V.Sa. que aguarde na sala da assessoria desta Comissão.

Em seguida, convidamos o Sr. José Nazareno da Silva a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sei que não há uma necessidade de *quorum* para ouvir nossos convidados, mas é nítido que não há ninguém disposto a ficar aqui. É nítido, inclusive, que o Relator não se faz presente. É nítido que o Relator não se faz presente e que faz uma síntese preliminar de um relatório só para colocar na imprensa, porque não tem outro objetivo do que fazer esse plano Safra Legal 2004, essa síntese preliminar, a não ser para jogar na revista *Veja* que deve sair nesse final de semana, ou jogar na imprensa outra do Estado. Um relatório eivado de afirmações que carecem de comprovação. Esta CPI está perdendo o respeito por ela. A revista *Veja* traz uma denúncia, manda para cá a fita que, que eu saiba, não foi periciada. Não há perícia da fita. No entanto, usa a fita para fazer



afirmações como se fossem verdadeiras. Coloca criminoso... Eu até disse que é burrice ou má-fé fazer aquele tipo de adesivo que foi feito, mas dizer que ele era salvo-conduto... Há gente que diz que não; outras que dizem que sim. Não se pode fazer um relatório desses. Inclusive, quem assume que faz o adesivo é a HB, que assumiu aqui. A representante da HB assumiu que faz aquele adesivo. E aqui está colocando como sendo o Sr. Leivino quem o fez.

A Sra. Maria Joana da Rocha Pessoa apresentou os extratos de uma conta bancária por boa-fé, e ela nunca foi ouvida para justificar a movimentação da conta. Nunca ela foi ouvida — e aqui está a acusação como se ela tivesse cometido crime. Não conheço, na história do País, nenhum criminoso que quebra o próprio sigilo bancário. Aí, começa a afirmar baseado no depoimento do Sr. Mário Rubens Rodrigues, que disse aqui que é inimigo do Sr. Marcílio Monteiro. Ele é um grileiro de terra, grila terra para derrubar o mato. Esta CPI não investigou ele. Depois, coloca os principais suspeitos de envolvimento nas irregularidades do plano Safra Legal 2004. Não vou entrar nos detalhes, mas vou chamar a atenção de V.Exa.

Principal suspeito — uma pérola que o Relator Sarney Filho escreve: Marcílio Monteiro, gerente do IBAMA em Belém, ex-marido da Senadora Ana Júlia Carepa. “Ex-marido” tem que constar? Isso aqui é feito para a imprensa. Qual é o crédito que um Relator tem quando escreve isso? Teria controle informal, uma vez que formalmente há 3 gerências no Pará. Nem formalmente é acusado. E termina: *“mas suas relações diretas com o plano Safra Legal 2004 ainda estão sob investigação da CPI”*. Eu faço um relatório de alguém que está sendo investigado e cito que ele é ex-marido? Eu já fui casado, tenho ex-mulher. Se a minha ex-mulher for acusada de alguma coisa, tem que constar que ela é ex-mulher do Deputado Dr. Rosinha? Tem que constar isso no relatório? Qual é o crédito que uma CPI quer e aonde ela quer chegar?

Eu não brinco. Estou aqui na CPI faz pouco tempo, é verdade, não acompanhei todo o processo, mas fazer um texto como esse para jogar na imprensa... Falei com o Relator ontem para que esse texto fosse recolhido, por favor! É uma pérola dizer isso.

O Sr. Mário Rubens de Sousa faz um monte de acusações, não prova nenhuma: improbidade administrativa, tais como arquivamento de sindicâncias, fraude em licitações, impedimento de fiscalizações de rotina, descumprimento de



normas regulamentares do órgão, suspensão de planos de manejo, tudo sobre o Marcílio. Não dá prova de nenhuma dessas.

É citado aqui um relatório do Sr. Carlos Renato Leal Bicelli. O senhor conhece, Deputado Hamilton, provavelmente, o Bicelli, porque ocupou cargo. Talvez o conheça. Não passa por um teste de verdade e mentira sentado nessa mesa esse Bicelli, não passa por uma quebra de sigilo bancário, não passa. A CPI não investiga o Bicelli, mas as mentiras dele são colocadas. Ele usa uma metodologia em que ele pega a parte do ano em que tinha que fazer o relatório, e 20% de uma parte é o ilegal, é o irregular. Não estou dizendo que não é irregular, estou dizendo que é, mas é 20%. Eu trabalho no 20% e faço sobre os 100%. Como é que me diz que agora ser ex-marido é crime? Esse é o relatório? Aposto que está na revista *Veja* desta semana.

Esta CPI não está aqui para fazer disputa eleitoral ou para fazer quem vai sair na revista *Veja* ou não vai, até porque é uma revista totalmente parcial, que está a serviço de alguns; uma revista que quem acredita nela vai buscar outras informações, porque ela não merece crédito.

Inclusive Expedito Filho escreve em *O Estado de S.Paulo*, no dia 1/7/2005: “Acusação...” — fala do número da conta da Maria Joana da Rocha Pessoa — “... foi feita durante sessão secreta da CPI pelo Presidente do Sindicato dos Reflorestadores, SINDIFLORESTA, do Pará, Mário Rubens de Sousa Rodrigues”. “Sessão secreta da CPI” está escrito no jornal, foi dada a informação.

Então, por favor, solicito... Suspendo, não precisa. Suspendi o depoimento. Enquanto o Relator não se fizer presente para explicar como se solta um relatório desses, esta CPI não está gozando de crédito, pelo menos perante a minha pessoa. E eu me nego a colaborar com ela, tanto para um lado como para o outro, porque com esse tipo de credibilidade, com essa pérola que o Sr. Marcílio Monteiro... Não conheço Marcílio Monteiro, não estava aqui no depoimento dele, mas, pelo amor de Deus, tem o controle informal, é ex-marido e ainda está sob investigação; no entanto, principais suspeitos de envolvimento nas irregularidades do plano Safra Legal... Não estou dizendo que o plano Safra foi todo legal. Pode haver ilegalidade, vamos apurar ilegalidade, mas colocar como um dos principais suspeitos sem nenhuma prova sobre ele, nenhuma, não posso admitir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado, Deputado Dr. Rosinha. Esta Presidência acolhe suas informações. V.Exa. tem sido um profícuo colaborador desta Comissão. Além de profícuo, tem sido assíduo, tem-nos ajudado a constituir a análise necessária aos diversos temas que vieram até esta Comissão. Vamos acolher, vamos registrar as suas postulações, que entendemos como pertinentes.

Daqui a um instante vou repassar a Presidência à nossa amiga Deputada Perpétua Almeida. Queremos deixar já registrado na assessoria que possamos ter — o Deputado Zé Geraldo também — uma avaliação desta CPI na próxima semana. Quero deixar como sugestões, em função das pertinentes sugestões do Deputado Dr. Rosinha, que possamos ou terça ou quarta-feira fazer uma reunião de avaliação de procedimentos e de rumo. Quero entender também que, em função das importantes contribuições que o Deputado Dr. Rosinha tem trazido a esta Comissão...

Entendo também, Dr. Rosinha, que ser “ex” não é crime realmente. Não se pode vincular ninguém na condição de “ex”. Mas, de qualquer maneira, vamos registrar a necessidade de uma reunião de nivelamento de procedimentos para a próxima semana, entendendo também que, em face da importante participação da assessoria desta Comissão, que se faz presente, anotando todos os detalhes para uma posterior análise e também otimizando as questões de custo com o traslado de testemunhas até esta Comissão, e considerando também que temos a última testemunha para depor, que pudéssemos ouvir essa última testemunha, considerando já a sugestão de uma análise desta Comissão na próxima semana.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, queria também reforçar a preocupação do Deputado Dr. Rosinha, porque no domingo passado saiu uma matéria no jornal *O Liberal*, e eu fiz um longo comentário — uma jornalista me ligou — a respeito da CPI da Biopirataria. Eu avaliei que a CPI tem o papel também de contribuir para que a gente possa avançar no sentido de fazer correções para que tais problemas não continuem acontecendo. E, na minha avaliação, se a gente não redirecionar o trabalho desta CPI, nós não vamos contribuir.

Estou percebendo que as coisas estão muito... A pessoa vem e aí aponta. Aqui mesmo eu já vi uma lista de pessoas que vão voltar aqui para falar de coisas



que já falamos há 30 dias, há 60 dias. E é o nosso tempo, não é? Querendo ou não, a gente tira um tempo para estar aqui; as pessoas vêm aqui, lá do interior do Estado. Se for para ser nesse rumo, fica complicado.

Eu estou disposto a até dar mais tempo a esta CPI, até me dedicar mais a esta CPI, mas há coisas aqui que nós vamos precisar responder. Por exemplo, quem está fabricando a ATPF falsa? Onde está a fábrica disso? Está em Santarém? Está em Altamira? Porque a notícia que me chegou recentemente é que há uma fabricação de ATPF falsa. Tem gente fabricando isso lá na região, porque, se a madeira sai ilegal... Está certo? Por exemplo, recentemente fizeram um mutirão lá em determinada região, trabalhando com 30, 40 tratores, tirando madeira. Toda ilegal. Sim, mas essa madeira vai para onde? Como ela é legalizada? Inclusive, notas fiscais falsificadas também lá na região.

Então, esta CPI precisa aprofundar essa questão. E realmente eu concluí, coloquei na matéria de *O Liberal*, que ela é uma CPI política para atacar o PT, para atacar o Governo Lula, para atacar os programas do Governo Lula. Ela está dando essa impressão, até porque ela ultimamente se direcionou — pode observar, Sr. Presidente —, ela está direcionada para o fato de uma denúncia da revista, lá do Anapu, e não sai disso, e vem ampliando. Então, eu estou disposto a aprofundar. Se o tema é esse, se o tema é madeira ilegal, eu estou disposto a aprofundar. Eu quero saber onde estão os produtores de ATPF. Ou essas ATPFs são aquelas que foram produzidas há 4 anos? Aquelas já devem ter acabado. Como é que se tira, se tira, se tira madeira, e a madeira encontra legalidade para ser vendida? Tem fabricante de nota fiscal falsa na região e tem fabricante de ATPF falsa. Esse pessoal tem que vir para esta CPI. Ou a gente redireciona... Porque, se for para ficar pegando requerimento, convocar o cidadão para vir fazer uma fofoca aqui... Você viu aquela mulher que veio aqui na última região. Coitadinha! Fiquei até com dó. Eu parei de perguntar. Daí a pouco ela tinha uma serraria, que não era dela, era da filha dela, que o cidadão financiou. Dá uma impressão que era amante dela e, aí, já queria tomar porque não podia pagar, e a serraria também estava ilegal, serrando madeira do plano Safra. Quer dizer, está ficando pequena a coisa, e não sai desse negócio.

Então, queria também concordar. E que a gente pudesse sentar e fazer uma avaliação, porque eu estava pensando que estava até... Porque eu vou trazer um monte de requerimento na próxima reunião, um monte, mas eu não quero trazer



requerimento para mexer com coisa pequena, não. Eu quero saber coisas assim de fundo, porque é o que nós... a gente precisa dar uma contribuição, porque senão não tem sentido.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho tido uma certa preocupação com esta CPI, e até tratava algumas semanas atrás com o nosso Presidente Mendes Thame de que nós escolhêssemos um momento em que as outras CPIs na Casa não estivessem funcionando, para que pudéssemos nos dedicar a esta CPI. Foi quando ele próprio também sugeriu uma quinta-feira, quando pelo menos a CPI da Compra de Votos, de que eu participo e ele também, não estaria funcionando. Tem dado certo em alguns momentos.

Por outro lado, a gente tem percebido que ela esvaziou um pouco devido ao excesso de outras CPIs mais urgentes na Casa, mas também a gente tem percebido que nós estamos aqui numa longa sessão de oitivas, em que inclusive quem os convoca nunca está aqui. O que eu acho importante é a gente fazer uma reunião administrativa da CPI, como eu acho que foi sugerido — eu peguei metade da conversa —, e tomar algumas regras entre nós. E uma delas é que as pessoas convidadas para serem ouvidas só sejam ouvidas ou convidadas quando quem as convidou estiver presente, que é para o trabalho andar também e a gente fazer aí, de certa forma, uma seleção para que a gente também possa concluir a CPI. Porque estamos só em oitivas, em oitivas, ninguém sai daqui. Não sabemos até que ponto as coisas são reais, de quem está vindo aqui. Não quero desmerecer ninguém, quem está vindo acusar ou elogiar. Nós não temos muita clareza da veracidade dos fatos e a gente também não foi a alguns lugares.

Eu estou convocando uma pessoa que tem problemas em Rondônia, graves, acerca de ATPFs falsas em Rondônia e utilizando também o IBAMA do Acre, uma pessoa que mora em São Paulo. Estou convidando para vir, mas só quero que essa pessoa venha quando o Relator ou o Presidente estiver presente, que é para compreender a gravidade dos fatos e, em seguida, a gente fazer uma ida até o Estado de Rondônia, porque, senão, a CPI não vai andar. Vamos aqui brincar de investigar e, daqui a pouco, tem um relatório no qual nem todo mundo estava presente nas oitivas e não tem muita noção das coisas. Então, é necessária e urgente uma reunião administrativa, para a gente botar alguns pingos nos “is”.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Obrigado, Deputada Perpétua Almeida. Com certeza suas informações contribuem bastante.

Agora, ouvindo o Deputado Dr. Rosinha, o Deputado Zé Geraldo, a Deputada Perpétua Almeida, nós concordamos plenamente, neste momento assumindo a Presidência, que tão logo passaremos à Deputada Perpétua Almeida, mas nós temos que fazer evidentemente uma reflexão nos dois sentidos. Uma, da nossa presença nesta Comissão. Indiscutivelmente todos nós — e aí eu me incluo também nessa relação —, todos nós somos ausentes, relativamente ausentes a esta Comissão, não dando prioridade a ela, deixando com que se criem os *voides* aqui e esses *voides* sejam ocupados por determinadas tendências. Esse é um fato.

Dito isso, acolhemos e deixamos já como sugestão que essa avaliação seja feita na próxima semana. Para quê? Para que a gente possa definir com clareza o que são fatos políticos pertinentes e objetos desta Comissão. Esse é um ponto que eu sinalizo como critério. Outro: o que são casos de polícia e de controle, o que é caso relativo ao IBAMA e o que é caso relativo à polícia. E, por último, o que são responsabilidade desta Comissão com relação às sessões externas que nós necessariamente temos que fazer.

Aí eu quero repetir as palavras do Deputado Zé Geraldo. Nós estamos aqui tratando de algumas brigas de galo e deixando as brigas de tubarões. Essa é uma realidade, um fato tácito. Quero... não evidentemente desqualificando algumas testemunhas, não é isso, mas é que as informações de algumas testemunhas dizem respeito puramente a um sistema de controle que nós devemos estar cobrando das instituições. Então, essa reunião de avaliação, de nivelamento, ela será extremamente necessária até para que nós possamos ter um delta a mais nos trabalhos desta Comissão.

Como pontos importantes, ainda acompanhando a exposição do Deputado Zé Geraldo, essa questão das ATPFs, por exemplo, e da questão dos planos de manejo, elas são de extrema importância ao objeto desta Comissão. Importante pelo seguinte: porque, se não resolvermos essas questões, nós vamos estar chovendo no molhando. E dessas ATPFs, Deputada Perpétua Almeida, conforme bem colocou o Deputado Zé Geraldo, nós temos que identificar qual a origem da adulteração, da fabricação, da falsificação dessas ATPFs, dessas guias de controle; se está no Paraná, se está no Acre, em Rondônia, no Mato Grosso, em que Estado está. O



certo é que essas ATPFs estão voando em todo o País, e nós temos que efetivamente saber qual a fonte de adulteração ou de produção clandestina e qual o nível de controle que o Governo está dispensando para que essas coisas sejam sanadas.

Uma outra questão é com relação ao tráfico de animais silvestres. Nós temos que afunilar essa questão, senão vamos continuar e perpetuar uma guerra de passarinhos, e vamos deixar que o tráfico em si, o tráfico pesado de animais silvestres, continue a ocorrer.

Então, eu entendo que essa reunião de avaliação que está sendo sugerida é muito oportuna, como o critério já sugerido pela Deputada Perpétua Almeida de que as testemunhas requeridas por determinados Parlamentares estejam presentes com a presença efetiva do requerente, do autor do requerimento.

É com essas palavras que passo a Presidência da Mesa ao eminente Presidente, Deputado Mendes Thame. Tomarei assento no plenário.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dando seqüência, solicito ao Sr. José Nazareno da Silva que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto a testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “Art. 342 - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha (...) Pena: reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa”.

Com a palavra o Sr. José Nazareno da Silva, por até 20 minutos, caso queira fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Boa tarde a todos aqui presentes. Sou José Nazareno da Silva, sou lotado na GEREX II, em Santarém, e estou aqui para prestar todos os esclarecimentos que forem necessários.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Solicito à Deputada Perpétua se poderia fazer as perguntas que foram encaminhadas pelo Sr. Relator.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. José Nazareno, antes de começar as perguntas, o senhor queria falar alguma coisa? O que o senhor acompanhou desse processo todo lá? O que o senhor sabe e já quer acrescentar? Quer falar alguma coisa do seu trabalho?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não, em relação a isso aí eu não tenho conhecimento de nada, não participei de nada disso aí.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Há quanto tempo o senhor trabalha no IBAMA?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Vinte anos.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor tem feito que atividades no IBAMA?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - De 2001 para cá, eu passei a exercer a função de Técnico Ambiental, na Portaria 860, de 2001.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. O que o senhor conhece, lembra, tem a dizer daquela operação que o IBAMA fez em 2002, chamada operação Porto de Moz?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu não sei se me recordo direito, mas acho que foi uma operação que teve um helicóptero lá, que foram feitas umas apreensões de madeira e de 2 balsas, parece-me, se não me falha a memória, e era coordenada pelo Sr. Manoel Costa Filho.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Mas o senhor participou dessa operação?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Se é a essa que estou me referindo, participei.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - A operação, só teve uma "Porto de Moz", só teve essa com esse nome. O senhor participou?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Acho que participei.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Então, relate detalhes. Já que o senhor participou, o senhor lembra.



O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - É o que estou falando. Nós fomos com um barco, que era da CEPLAC, que foi cedido pela CEPLAC, um helicóptero... desculpa... e lancha. Entramos no Rio Jarauçu e foram apreendidas 2 balsas com madeira, que logo 2 dias depois foram levadas para Santarém pelo Sr. Manoel Costa Filho.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Foram apreendidas 2 balsas com madeira?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Com madeiras.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O que foi feito dessa madeira?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Ela foi levada para Santarém. Ela se encontra armazenada até hoje lá no depósito do IBAMA.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Olhe só, Sr. Nazareno, chegaram a esta CPI algumas informações de que ocorreram irregularidades nessa operação de que o senhor participou, inclusive testemunhada por policiais militares.

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu desconheço isso aí, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nunca ouviu falar nada?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Tinha policiais lá?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Tinha, na operação tinha policiais.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Eles fizeram algum comentário sobre a operação que vocês estavam fazendo?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Que eu tenha conhecimento, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nenhum comentário?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - E, depois da operação, o senhor ouviu algum tipo de comentário sobre a operação?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu não ouvi comentário nenhum. A operação foi... Inclusive, se for possível, posso mandar o relatório expedido pela equipe que foi lá. Fizemos um relatório e isso se encontra no IBAMA, em Santarém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com licença, o senhor poderia nesse prazo de uma semana nos encaminhar esse relatório?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Com certeza.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Nazareno, segundo informações que também chegaram à CPI, V.Sa. teria tido diversas desavenças com o então Coordenador-Geral de Fiscalização do IBAMA, Marcelo Marquezini, que teria feito uma série de acusações contra o senhor acerca desse fato, dessa operação. Que acusações foram essas?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu nunca falei com o Marcelo Marquezini. Falei com o Marcelo Marquezini quando ele ainda estava prestando serviço para o *Greenpeace*, ou presta até hoje, porque ele sempre ia lá no IBAMA e pedia informação sobre exportação. Os mapas que eram feitos, que eu pegava, armazenava e colocava no setor lá, só isso.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Em nenhum outro momento o senhor tratou com ele?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não. Não tive nenhuma desavença com ele.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor conhece a opinião dele acerca dessa operação?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não, não conheço.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nunca, nem pela imprensa?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não, não conheço nem pela imprensa, nada, não conheci nada.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Certo. O senhor responde a algum processo administrativo, disciplinar, dentro do IBAMA?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nunca passou por nenhum processo administrativo? (*Pausa.*)

Nós já perguntamos aqui acerca de outras pessoas que vieram a esta CPI, e há muitas histórias no Pará acerca de empresas fantasmas. Algumas delas, inclusive, nominadas aqui. O que o senhor tem, o que senhor conhece, já que o senhor é um funcionário antigo do IBAMA, inclusive Técnico Ambiental, o que o senhor conhece dessas histórias?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu desconheço. Eu vejo comentários.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Que comentários?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Sobre essas empresas fantasmas.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Isso. Quais são os comentários?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Que existe firma fantasma no Estado do Pará.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor escuta esses comentários de quem?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - A última vez que eu vi, foi um rapaz que esteve lá fazendo levantamento. Não me lembro o nome dele... Eduardo não sei de quê, que me parece foi ele que estava fazendo esse levantamento lá. Mas, pelo que me consta, indo no setor lá, pode comprovar: não existe firma fantasma. Pelo menos na GEREX de Santarém, eu desconheço. Se existe, eu não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas, quando o senhor ouviu esse comentário desse rapaz, o senhor tomou alguma providência, pediu que fosse investigada alguma coisa, pediu que fosse feito algum levantamento?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não, porque foram comentários feitos no corredor do IBAMA. Não me foi diretamente perguntado nem conversei com ele. Eu ouvi o pessoal já comentando lá.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nenhum outro funcionário do IBAMA nunca discutiu com o senhor acerca dessas empresas fantasmas?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Comigo, não.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA – Mas, quando o senhor ouviu falar, ouviu falar de que empresas?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Não citou nomes. Não deu nome de empresas, só disse que eram empresas que se suspeitava que eram fantasmas.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - O senhor quer falar mais alguma coisa sobre essa operação e sobre as empresas fantasmas?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Sobre a operação de Porto de Moz, se é essa, antes houve uma operação, antes, com o pessoal do *Greenpeace*, que foram apreendidas também 2 balsas com madeira, que essa madeira foi até doada pela Justiça para uma instituição lá em Porto de Moz mesmo. Dessa eu não participei. Essa foi apenas um outro técnico, Gilberto Lima Pereira, e o Sr. José Paulo Aires Monteiro. Eles dois que participaram dessa operação.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Essas são as perguntas do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, tenho algumas perguntas a fazer. Nós recebemos farta documentação aqui de que na operação Porto de Moz, realizada pelo IBAMA em 2002, a madeira apreendida era de primeira qualidade e foi trocada por uma de terceira qualidade, que ficou apreendida no pátio do IBAMA; e a de primeira qualidade foi entregue ao Prefeito de Porto de Moz. O que o senhor poderia afirmar a esse respeito?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu desconheço essa informação, até porque a balsa que fora apreendida... a madeira nem saiu de cima da balsa. Ela foi diretamente para Santarém, acompanhada pelo coordenador, Sr. Manoel Costa Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Manoel Costa Filho, perfeito.

Por quanto tempo o senhor foi responsável pela autorização de embarque de madeira para exportação?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Diretamente, eu nunca fui responsável. Eu era igual aos outros técnicos. Para quem o chefe despachava o processo de exportação ia fazer a vistoria no cais do porto. Mas nunca fui responsável diretamente por toda a operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - As informações que temos a respeito da sistemática de fiscalização é a de que apenas uma cópia da ATPF acompanha os caminhões de madeira até o porto de embarque. É realmente isso que acontece?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - De início, acho que 2 ou 3 anos atrás, as empresas colocavam a madeira toda no cais do porto e expediam uma ATPF só para 200 metros cúbicos, que era uma ATPF só porque só acompanhava uma nota fiscal. Depois se criaram, com o Paulo Maia, não me lembro bem, que cada caminhão teria de acompanhar uma ATPF no cais do porto. Só que os empresários acharam que iria dar duplicidade na hora de prestar conta, porque você iria ter uma ATPF de 200 metros e mais 20 ATPFs de 5 metros cada uma, que iria acompanhar cada caminhão no cais do porto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E aí foi mudada a sistemática?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA – Não, ela continuou do mesmo jeito. Hoje, faz vários meses que não vou ao cais do porto, eu não tenho certeza que não está funcionando, mas eu acredito que é uma ATPF para cada lote de madeira que está se passando no cais do porto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Há casos de funcionários ou ex-funcionários do IBAMA que tenham registrado boletim policial alegando terem sido ameaçados de morte ou contra integridade física pelo senhor?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não há nenhum caso em que o senhor tenha tido necessidade de ter alguma desavença a esse ponto com nenhum funcionário ou ex-funcionário do IBAMA?

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Ainda bem que não. Graças a Deus nunca tive esse problema com nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito, eram essas as informações. Nós solicitaríamos também que o senhor nos enviasse, em caráter reservado, a sua atual declaração de bens.

Passamos a palavra ao Deputado Hamilton Casara, se ele tiver alguma questão a fazer.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Deputada Perpétua Almeida? (*Pausa.*) Não.

Agradecemos ao depoente de hoje a presença. O senhor está dispensado.

O SR. JOSÉ NAZARENO DA SILVA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Passamos à apreciação de requerimentos.

Requerimento nº 141/05, do Sr. Sarney Filho. Requer ao IBAMA cópia de relatório da operação...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, em função das questões ocorridas aqui, se forem colocados em votação os requerimentos, vou pedir verificação de *quorum*. Eu vou derrubar a sessão, em função desse relatório.



Enquanto não se esclarecer, não houver reunião administrativa, vou obstruir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu só queria fazer uma ponderação. Há diversos requerimentos. Não caberia ao senhor analisar se há algum que possa ser votado?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, é obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor vai fazer obstrução?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Vou. Pedirei verificação de votação, caso seja colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nesse caso, está encerrada a reunião.

Marcamos para quarta-feira, para não haver nenhuma coincidência, reunião administrativa, em horário a ser confirmado por *e-mail* a todos os integrantes desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

I